PREGÃO ELETRÔNICO

464/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

(254445)

OBJETO

Registro de preços para aquisição de itens de diversas marcas, em atendimento a Bio-Manguinhos

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **27/11/2026** às **09h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por [item] e [por grupo]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[NÃO]

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO 5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . 8
8. DA FASE DE JULGAMENTO 11
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO 13
10. DO TERMO DE CONTRATO 15
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 15
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 16
13. DOS RECURSOS 17
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 17
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 20
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 20

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 464/2026
(Processo Administrativo n° 25386.001679/2026-45)

Torna-se público que Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por intermédio do INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS (BIO-MANGUINHOS), sediado Av. Brasil nº 4.365 - Manguinhos – RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é para *aquisição de itens de diversas marcas***,** em atendimento a Bio-Manguinhos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O prazo de entrega será de 60 (sessenta) dias para todos os itens.

1.2. *A licitação será dividida em 6 (seis) itens isolados e 4 (quatro) grupos, sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/~~Projeto Básico~~.*

1.2.1 *relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;*

1.2.2 *relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*

1.3. Atentar para as especificações complementares dos itens. Os códigos CATMAT inseridos são aproximados, não representando com total exatidão os descritivos dos materiais requeridos. Portanto, os descritivos considerados na realização desta compra são os constantes no termo de referência e especificação detalhada dos itens.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11 *sociedades cooperativas;*

3.7.12 *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.7.13 *pessoas físicas.*

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.*

4.2. *Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.*

4.3. *O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.4.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.7 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.8 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.9 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.10 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário e total do item.*

6.1.2 *marca;*

6.1.3 *fabricante;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

6.2.1 O licitante *NÃO* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1% (um por cento).*

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto n° 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU n° 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1 empresas brasileiras;

7.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 contiver vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.2 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.3 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

9.10. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.10.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.12.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12.3 suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.12.4 suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação será de 165 (cento e sessenta e cinco) dias, compreendendo 60 (sessenta) dias para entrega, 30 (trinta) dias para eventual reposição, 45 (quarenta e cinco) dias para recebimento definitivo, 15 (quinze) dias para liquidação e 15 (quinze) dias para pagamento, conforme o Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de *5 (cinco*) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, ***poderá*** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. apresentar proposta ~~ou amostra~~ em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de *15* (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de *0,5%* a *15%* do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de *15%* a *30%* do valor do contrato licitado.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao@bio.fiocruz.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Termo de Ciência e Concordância;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

16.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 *Anexo II – Especificação Detalhada dos itens;*

16.11.3 *Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;*

16.11.4 *Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;*

16.11.5 *Anexo V - Portaria nº 01/2026-Cogead;*

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Termo de Referência 525/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
525/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	CAIO CESAR QUEIROZ PEREIRA	05/11/2026 11:20 (v 0.4)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.001679/2026-45

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de itens de diversas marcas, em atendimento a Bio-Manguinhos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1							
item	Marca	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	ACI Automation	5177	TRANSMISSOR,UMIDADE;FX 20/95%;4/20MA;RH5-SP,ACI-AUTOMATION	UN	15	SIGILOSO	SIGILOSO
2		33631	TRANSMISSOR,PRESSAO;0 A 10;4 A 20 MA;A /MLP2-10-20,ACI	UN	15	SIGILOSO	SIGILOSO
3		40097	TRANSMISSOR,TEMPERATURA;UMIDADE;A/RH1-TT1K-D-BB-4,ACI	UN	3	SIGILOSO	SIGILOSO
4		40098	TRANSMISSOR,TEMPERATURA;UMIDADE;A/RH2-TT1K-D-4X-4,ACI	UN	2	SIGILOSO	SIGILOSO
5		40099	TRANSMISSOR,TEMPERATURA;PAREDE;-15 A 65Â°C;A/TT1K-SP-4,ACI	UN	1	SIGILOSO	SIGILOSO

6		41456	SENSOR,TEMPERATURA;4-20MA;-40A71Â°C;A/TT100-SP-4;118451,ACI	UN	5	SIGILOSO	SIGILOSO
7		64599	TRANSMISSAO,PRESSAO;DIFERENCIAL;A/MLP2-002-W-B-B-A-0P,ACI	UN	2	SIGILOSO	SIGILOSO
Total Grupo 1							**SIGILOSO**

GRUPO 2							
item	**Marca**	**Código**	**Descrição**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
8	Contemp	25602	TRANSMISSOR,TEMPERATURA;UMIDADE;DISPLAY;S501A-1S-0,CONTEMP	UN	13	SIGILOSO	SIGILOSO
9		34666	TRANSMISSOR,TEMPERATURA;S501I-1S-0,CONTEMP;APL DUTO	UN	8	SIGILOSO	SIGILOSO
Tota lGrupo 2							**SIGILOSO**

GRUPO 3							
item	**Marca**	**Código**	**Descrição**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
10		26945	DISJUNTOR,CAIXA;MOLDADA;TRIFASICO;80A;EZC100H3080,SCHNEIDER	UN	3	SIGILOSO	SIGILOSO
11		31301	DISJUNTOR;BIPOLAR;25A;DIN;230/400V;EZ9F33225,SCHNEIDER	UN	21	SIGILOSO	SIGILOSO
12		35428	MODULO,INTERFACE;REDE;STB;STBNIP2311,SCHNEIDER ELECTRIC	UN	9	SIGILOSO	SIGILOSO

13		36392	DISJUNTOR;UNIPOLAR;16A;CURVA C;EZ9F33116, SCHNEIDER	UN	7	SIGILOSO	SIGILOSO
14		36424	DISJUNTOR;K32A EASY9;CURVA C;40A; EZ9F33340,SCHNEIDER	UN	9	SIGILOSO	SIGILOSO
15		39175	DISJUNTOR;BIPOLAR;CURVA C;20A;220V; EZ9F33220,SCHNEIDER	UN	21	SIGILOSO	SIGILOSO
16		39177	DISJUNTOR;TRIPOLAR;63A;220V;5KA;EZ9F33363, SCHNEIDER	UN	9	SIGILOSO	SIGILOSO
17		39424	DISJUNTOR;UNIPOLAR;50/60HZ;10A;CURVA C; EZ9F33110,SCHNEIDER	UN	2	SIGILOSO	SIGILOSO
18		51019	CONTATOR,TRIPOLAR;32A;1NA;1NF;24VCC; LC1D32BL,SCHNEIDER	UN	2	SIGILOSO	SIGILOSO
19		53214	CONTATORA;TRIPOLAR;LC1D18BD,SCHNEIDER; APL CTAS DE BIO	UN	1	SIGILOSO	SIGILOSO
20		53215	CONTATORA;TRIPOLAR;LC1D32BD,SCHNEIDER; APL CTAS DE BIO	UN	1	SIGILOSO	SIGILOSO
21		53216	CONTATORA;TRIPOLAR;LC1D09BD,SCHNEIDER; APL CTAS DE BIO	UN	1	SIGILOSO	SIGILOSO
22		53217	TRANSFORMADOR.CORRENTE;METSECT5MD080, SCHNEIDER;APL CTAS BIO	UN	1	SIGILOSO	SIGILOSO
23		53278	CONTATOR,TRIPOLAR;LC1K1201M7,SCHNEIDER; APL CTAS	UN	1	SIGILOSO	SIGILOSO
24	Schneider Electric	59654	DISJUNTOR;BIPOLAR;6A;CURVA C;220V; EZ9F33206;SCHNEIDER	UN	1	SIGILOSO	SIGILOSO
Total Grupo 3							SIGILOSO

GRUPO 4							

item	Marca	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
25	Spirax Sarco	52421	VALVULA,RED;PRESSAO;25PSS;TI-D296-01;1.1/2", SPIRAX SARCO	UN	4	SIGILOSO	SIGILOSO
26		58705	SEDE PILOTO(CJ);MP;710000134,SPIRAX SARCO	CJ	1	SIGILOSO	SIGILOSO
27		63676	PURGADOR,TERMODINAMICO;AISI420;3/4";TD52, SPIRAX SARCO	UN	1	SIGILOSO	SIGILOSO
28		67496	VALVULA,SEGURANCA;SV17;3/4"BSP; 313020402071,SPIRAX SARCO	UN	1	SIGILOSO	SIGILOSO
29		68091	VALVULA,SEGURANCA;SV17;AZ;1/2POL;BSP; 313020302021,SPIRAX SARCO	UN	1	SIGILOSO	SIGILOSO
Total Grupo 4							**SIGILOSO**

Itens Unitários							
item	**Marca**	**Código**	**Descrição**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
30	Grundfos	13398	BOMBA,DOSEADORA;97721359,GRUNDFOS;APL SISTEMA OSMOSE REVERSA	UN	2	SIGILOSO	SIGILOSO
31	Nova Analítica	36628	PLACA,FONTE;V0RV0;BIVOLT;ELE.015.2720,NOVA ETICA;APL ESTUFA	UN	1	SIGILOSO	SIGILOSO
32	Sense	39576	ISOLADOR;DUPLICADOR;GALVANICO;KD-722T /24VCC,SENSE	UN	4	SIGILOSO	SIGILOSO
33	Westaflex	55798	EXAUSTOR,AR;127/220V;40W;VENTOKITNM 280, WESTAFLEX	UN	3	SIGILOSO	SIGILOSO
34	Keyence	55986	SENSOR;ELETROSTATICO;1,4MS;USB2.0;SK-H050, KEYENCE	UN	1	SIGILOSO	SIGILOSO
35	Genebre	61405	VALVULA,ALIVIO;1/2POL;LATAO;VEDACAO,PTFE; 16BAR;31900,GENEBRE	UN	1	SIGILOSO	SIGILOSO

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem especificações padronizadas, amplamente disponíveis no mercado, com qualidade e desempenho objetivamente definidos, atendendo ao conceito previsto no art. 6º da Lei nº 14.133/2021.
1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
1.4. O prazo de vigência da contratação é de 165 (cento e sessenta e cinco) dias contados do recebimento da nota de empenho ou da ordem de fornecimento ou data consignada na cláusula de vigência contratual quando utilizado o termo de contrato, com fulcro no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000007/2026;
II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;
III) Id do item no PCA: Conforme item 11, anexo deste termo de referência;
IV) Classe/Grupo: Conforme item 11, anexo deste termo de referência;
V) Identificador da Futura Contratação: Conforme item 11, anexo deste termo de referência;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade
4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
4.1.1 Preferencialmente que os materiais sejam fabricados com materiais recicláveis ou com conteúdo mínimo de material reciclado, comprovado por declaração do fabricante ou ficha técnica;
4.1.2 Preferência por materiais recicláveis, embalagens reduzidas e logística reversa obrigatória; e
4.1.3 Eficiência energética, durabilidade dos componentes e comprovação de políticas ambientais corporativas.
Indicação de marcas ou modelos
4.2. Na presente contratação, para os itens 1, 2 e 3, será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as disposições do Estudo Técnico Preliminar e tabela 1.1. deste Termo de Referência.
Subcontratação
4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, uma vez que são materiais comuns no mercado e sem prestação de serviços a ser contratada.
Garantia da contratação
4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois trata-se de aquisição de itens de natureza comum, sem alta complexidade técnica ou obrigações futuras estruturadas além da entrega imediata ou integral.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados do pedido da contratante ou da data de início de vigência consignada no instrumento formal de contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado de Bio-Manguinhos – Fundação Oswaldo Cruz - Avenida Brasil, 4365 – Bairro Manguinhos – CEP 21045-900, Rio de Janeiro-RJ – Horário: 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:00.

5.3.1 As entregas só poderão ser feitas com agendamento prévio junto ao Almoxarifado de Bio-Manguinhos através do e-mail: agendarecebimento@bio.fiocruz.br e pelos telefones: (21) 3882-7017 ou (21) 3882-9468, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Entregas não agendadas não serão recebidas. Ressaltamos que o almoxarifado não abre para recebimento nos últimos 03 (três) dias úteis do mês.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela

comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
7.2.4 Multa:
7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;
7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento
8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.
8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
Liquidação
8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
8.11.1 o prazo de validade;
8.11.2 a data da emissão;
8.11.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
8.11.4 o período respectivo de execução do contrato;
8.11.5 o valor a pagar; e
8.11.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
8.14.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo

correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
Prazo de pagamento
8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.
Forma de pagamento
8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
Cessão de Crédito
8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
8.26.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
8.26.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
8.26.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
8.26.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.
Reajuste
8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/09/2026.
8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente do pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta
9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO Forma de fornecimento
9.2. O fornecimento do objeto será integral, a cada pedido.
Exigências de habilitação
9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:
Habilitação jurídica
9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada -

EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
Habilitação fiscal, social e trabalhista
9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
Disposições gerais sobre habilitação
9.20. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
9.21. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
9.22. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
9.23. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
9.24. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.
10.1.1 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.
10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.
10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
10.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
10.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
10.3.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
10.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

13. ANEXO I

ANEXO I
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato
(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)
OU
(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).
2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.
3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
3.1. São obrigações do Contratante:
3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
5.5.3 Indenizações e multas.
5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
8. FORO
8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária da Capital, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de ..... de 20.... .

_____

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

JUNILTON BARBOSA SILVA
Pregoeiro

ROSANE CUBER GUIMARAES
Autoridade competente

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Estudo Técnico Preliminar 624/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 25386.001679/2026-45

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo identificar e analisar cenários para atender à demanda descrita no Documento de Formalização da Demanda, além de demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções propostas. O ETP subsidia o processo de contratação, conforme estabelece o artigo 18, inciso II, da Lei 14.133/2021, e está em conformidade com o artigo 6º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/2022, fornecendo as informações necessárias para garantir a eficiência, vantajosidade e sustentabilidade da contratação pública.

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, unidade da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, é responsável pela pesquisa, desenvolvimento, produção e fornecimento de vacinas, kits para diagnóstico e biofármacos ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a outros órgãos públicos. Sua missão é garantir o acesso a produtos essenciais para a saúde pública, contribuir para a autonomia tecnológica do Brasil e promover inovação no setor de biotecnologia. Bio-Manguinhos desempenha um papel estratégico na proteção e prevenção de doenças por meio da oferta de soluções biotecnológicas.

A instituição tem investido na ampliação de seu parque industrial, na produção de vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico, além de desenvolver novas tecnologias e produtos de alto valor agregado. Essa estratégia visa à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que impactam a saúde pública do país. As diretrizes de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação são definidas com base em critérios como a situação epidemiológica do Brasil, a demanda dos diferentes programas do Ministério da Saúde, o avanço tecnológico do projeto e sua viabilidade econômica, bem como a capacidade científica e tecnológica, além do financiamento e gerenciamento.

Para atender plenamente à demanda do Ministério da Saúde por imunobiológicos, Bio-Manguinhos elaborou um planejamento para a aquisição de materiais de consumo, os quais estão incluídos no Planejamento Anual Orçamentário e associados às iniciativas estratégicas da unidade. Essa aquisição é fundamental para garantir a continuidade da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, permitindo à instituição cumprir sua missão de proteger a saúde pública e promover a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de grande impacto no Brasil. Além disso, o investimento em materiais assegura o desenvolvimento de novas tecnologias e aumenta a capacidade de resposta do país diante de desafios epidemiológicos.

A contratação de serviços e produtos no âmbito da saúde pública, como os oferecidos pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, é de extrema importância para garantir o acesso da população a vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos. Essa essencialidade está diretamente ligada à missão da instituição de proteger a saúde pública, promovendo a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que afetam a qualidade de vida da população brasileira.

De acordo com o previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, o interesse público está intrinsecamente relacionado à necessidade de garantir a disponibilização contínua de produtos essenciais à saúde. A produção e o fornecimento de imunobiológicos não respondem apenas a uma demanda imediata, mas também ao imperativo de inovação e autonomia tecnológica do Brasil no setor de biotecnologia. Essa estratégia é vital para enfrentar os desafios epidemiológicos e assegurar que a população tenha acesso a tratamentos eficazes e preventivos.

Dessa forma, a contratação com Bio-Manguinhos fortalece a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em atender às necessidades da população, contribuindo para a implementação de políticas públicas de saúde que buscam aumentar a cobertura vacinal e a eficácia no diagnóstico e tratamento de doenças. Assim, a essência dessa contratação reside em garantir não apenas a continuidade da produção de itens essenciais, mas também em promover a saúde e o bem-estar da sociedade como um todo.

Pedidos de compras nº 231253, 231576, 231955

A aquisição dos transmissores e sensores da marca ACI é necessária para atender às demandas de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de monitoramento e controle instalados nas áreas industriais de Bio-Manguinhos. Os materiais são destinados à medição e transmissão de parâmetros críticos de pressão, pressão diferencial, temperatura e umidade, assegurando a continuidade operacional dos sistemas existentes.

Os itens contemplados possuem características técnicas específicas compatíveis com as aplicações atualmente instaladas, compreendendo:

- Transmissor de pressão A/MLP2-10-20, faixa de 0 a 10 WC, saída de 4 a 20 mA;
- Transmissores de temperatura e umidade A/RH1-TT1K-D-BB-4 e A/RH2-TT1K-D-4X-4, destinados à instalação em dutos, com saída de 4 a 20 mA;
- Transmissor de temperatura de parede A/TT1K-SP-4, faixa de -15 a 65°C, saída de 4 a 20 mA;
- Sensor de temperatura A/TT100-SP-4 (ref. 118451), faixa de -40 a 71°C, saída de 4 a 20 mA;
- Transmissor de pressão diferencial A/MLP2-002-W-B-B-A-0P, faixa bidirecional de -2 a +2 WC, saída de 4 a 20 mA;
- Transmissor de umidade RH5-SP, faixa de 20 a 95% UR, saída de 4 a 20 mA.

A aquisição destes componentes é necessária para reposição de equipamentos existentes, substituição de instrumentos com desgaste ou falha e manutenção da disponibilidade dos sistemas de monitoramento e controle utilizados nas instalações industriais.

Os materiais serão aplicados em sistemas de climatização, monitoramento ambiental, automação e controle industrial, responsáveis pelo acompanhamento contínuo das condições operacionais dos ambientes e equipamentos.

Os instrumentos permitem a medição e transmissão dos parâmetros de pressão, pressão diferencial, temperatura e umidade aos sistemas de supervisão e controle por meio de sinais padronizados de 4 a 20 mA, possibilitando o monitoramento das condições operacionais, a identificação de desvios de processo e o suporte às atividades de manutenção.

Sua correta aplicação contribui para a preservação das condições operacionais dos sistemas existentes, assegurando a disponibilidade das informações necessárias ao acompanhamento dos parâmetros monitorados.

A utilização dos transmissores e sensores proporciona:

- Manutenção da disponibilidade dos sistemas de monitoramento e controle;
- Confiabilidade na medição dos parâmetros operacionais;
- Disponibilidade dos sinais necessários aos sistemas de supervisão;
- Continuidade das atividades de manutenção preventiva e corretiva;
- Redução de falhas decorrentes da indisponibilidade de instrumentação;
- Redução de intervenções corretivas emergenciais;
- Preservação da confiabilidade e estabilidade dos sistemas existentes;

- Minimização de paradas não programadas.

A indisponibilidade desses componentes pode comprometer a obtenção de dados operacionais, dificultar o monitoramento das condições dos sistemas e impactar a continuidade das operações.

Objetivo da Contratação é Garantir a disponibilidade de componentes de instrumentação necessários à gmanutenção dos sistemas existentes, assegurando:

- Medição adequada dos parâmetros de pressão, pressão diferencial, temperatura e umidade;
- Disponibilidade dos sinais necessários aos sistemas de controle e supervisão;
- Compatibilidade técnica com as aplicações instaladas;
- Substituição de componentes com falha ou desgaste;
- Continuidade operacional dos sistemas atendidos;
- Preservação da confiabilidade dos sistemas de instrumentação.

Os transmissores e sensores de instrumentação desempenham papel relevante no monitoramento das condições ambientais e operacionais dos sistemas industriais de Bio-Manguinhos. A medição contínua de temperatura, umidade, pressão e pressão diferencial constitui requisito importante para o acompanhamento dos processos e da infraestrutura de apoio à produção.

A indisponibilidade desses componentes pode comprometer a obtenção de informações essenciais para a operação e manutenção dos sistemas, dificultando a identificação de desvios operacionais e aumentando o risco de falhas ou interrupções não planejadas.

Dessa forma, os materiais possuem relevância estratégica para a manutenção da confiabilidade, da disponibilidade operacional e da continuidade das atividades desenvolvidas por Bio-Manguinhos.

A indicação da marca ACI (Automation Components Inc.) está fundamentada em critérios técnicos relacionados à compatibilidade funcional e operacional dos componentes com os sistemas atualmente instalados.

As referências especificadas possuem características técnicas específicas, incluindo faixas de medição, tipos de sensores, sinais de saída padronizados em 4 a 20 mA, requisitos de alimentação elétrica, condições de instalação e características construtivas compatíveis com as aplicações existentes.

A utilização de componentes com características divergentes poderá acarretar incompatibilidades com os sistemas de automação e supervisão, necessidade de adaptações elétricas, mecânicas ou de configuração, além de possíveis impactos na confiabilidade das medições e na integração dos instrumentos aos sistemas existentes.

Assim, a indicação da marca ACI decorre da necessidade de manter a compatibilidade técnica e funcional dos equipamentos instalados, assegurando a continuidade operacional dos sistemas e evitando intervenções que possam comprometer seu desempenho ou confiabilidade, observados os critérios aplicáveis da Lei nº 14.133/2021.

A estimativa das quantidades foi elaborada com base em:

- Histórico de consumo e substituições;
- Planos de manutenção preventiva;
- Demandas de manutenção corretiva;
- Quantidade de equipamentos instalados;
- Criticidade dos sistemas atendidos;
- Necessidade de reposição de componentes de instrumentação;
- Manutenção da disponibilidade operacional dos sistemas;

- Prevenção de falhas e paradas não programadas.

Pedido de compra nº 231259

Os itens são instrumentos de automação essenciais para o monitoramento contínuo das condições ambientais dos sistemas de climatização (HVAC), permitindo a medição precisa das variáveis de temperatura e umidade relativa do ar em dutos de insuflação e retorno.

Esses dispositivos fornecem sinais analógicos aos sistemas supervisórios e controladores, possibilitando o controle automático das condições ambientais exigidas para os processos industriais farmacêuticos e biotecnológicos, garantindo o atendimento aos requisitos de qualidade do ar, estabilidade dos processos e conformidade regulatória.

Funções principais: Medição contínua da temperatura do ar em dutos; Monitoramento da umidade relativa do ar nos sistemas HVAC; Envio de sinais aos sistemas de automação e supervisão; Controle das condições ambientais das áreas classificadas; Suporte aos sistemas de climatização industrial.

Os transmissores são aplicados nos sistemas de climatização (HVAC) instalados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos, atuando no monitoramento das condições ambientais de áreas produtivas, laboratórios, áreas classificadas, utilidades e ambientes de controle de qualidade.

Sua utilização permite: Monitoramento contínuo da temperatura e da umidade dos dutos; Controle automático dos sistemas HVAC; Estabilidade das condições ambientais das áreas produtivas; Integração aos sistemas supervisórios e de automação; Atendimento aos parâmetros operacionais estabelecidos para ambientes controlados.

BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO: Elevada precisão na medição das variáveis ambientais; Melhoria do desempenho dos sistemas de climatização; Redução de desvios de temperatura e umidade; Maior confiabilidade dos sistemas de automação; Redução de falhas operacionais; Atendimento às Boas Práticas de Fabricação (BPF).

A indisponibilidade ou falha dos transmissores pode comprometer o monitoramento das condições ambientais, ocasionando perda do controle automático dos sistemas HVAC, desvios de temperatura e umidade, impactos na qualidade dos ambientes classificados e riscos à continuidade dos processos produtivos.

Objetivo da Contratação é garantir a disponibilidade contínua dos transmissores de temperatura e temperatura /umidade para dutos, assegurando: Funcionamento adequado dos sistemas de climatização; Monitoramento contínuo das condições ambientais; Continuidade das atividades produtivas e laboratoriais; Redução de falhas operacionais; Preservação da confiabilidade dos sistemas supervisórios e de automação; Conformidade com as Boas Práticas de Fabricação (BPF).

Os transmissores de temperatura e temperatura/umidade constituem componentes fundamentais para os sistemas HVAC utilizados em ambientes farmacêuticos, sendo responsáveis pelo monitoramento das condições ambientais necessárias à fabricação de imunobiológicos, biofármacos e reativos para diagnóstico.

Seu correto funcionamento permite manter os parâmetros ambientais dentro das faixas estabelecidas pelos processos de qualificação, validação e pelas Boas Práticas de Fabricação.

A indisponibilidade desses equipamentos pode: Comprometer o controle das condições ambientais; Impactar os sistemas de climatização industrial; Gerar desvios de temperatura e umidade; Provocar interrupções não programadas; Comprometer processos produtivos e atividades de controle de qualidade; Reduzir a confiabilidade dos sistemas de automação.

Dessa forma, os transmissores possuem elevada relevância estratégica para garantir a continuidade, segurança e eficiência operacional dos sistemas de climatização do Parque Fabril de Bio-Manguinhos.

A indicação da marca CONTEMP possui natureza estritamente técnica, considerando que os transmissores especificados, modelos S501I-1S-0 (temperatura para duto) e S501A-1S-0 (temperatura e umidade com display), apresentam características funcionais, construtivas e de comunicação compatíveis com os sistemas de automação e climatização atualmente instalados e validados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos.

A utilização de componentes compatíveis garante: Compatibilidade total com os sistemas HVAC existentes; Precisão e confiabilidade das medições ambientais; Integração aos controladores e sistemas supervisórios; Manutenção das

características originais de projeto; Preservação das condições de qualificação e validação dos ambientes controlados; Padronização das atividades de manutenção.

A utilização de equipamentos com características divergentes poderá acarretar: Incompatibilidade elétrica ou de comunicação; Erros de medição e controle ambiental; Necessidade de adaptações nos sistemas existentes; Riscos operacionais para áreas classificadas; Perda de desempenho dos sistemas HVAC; Impactos nos processos de qualificação, validação e operação.

Assim, a indicação da marca encontra respaldo técnico na necessidade de padronização dos sistemas instalados, garantindo confiabilidade operacional, facilidade de manutenção e mitigação de riscos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

A estimativa foi baseada em: Histórico de consumo e substituições; Planos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas HVAC; Quantidade de equipamentos e pontos de medição instalados; Criticidade operacional das áreas climatizadas; Necessidade de estoque mínimo estratégico; Prevenção de falhas e paradas não programadas; Manutenção da confiabilidade dos sistemas de automação e climatização industrial.

Pedido de compra nº 231743

A VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO COM DESCARGA CONDUZIDA é um componente destinado à proteção dos sistemas pressurizados, permitindo o alívio controlado da pressão quando atingidos os parâmetros de regulagem estabelecidos, contribuindo para a proteção dos equipamentos, tubulações e demais componentes integrantes dos sistemas industriais.

Para o item 61405, está especificada uma válvula de alívio regulável, com corpo em latão EN 1982 – CC754S, obturador e haste em latão EN 12164 – CW614N, mola em aço zincado EN 10270-1, vedação em PTFE, conexão rosca fêmea-fêmea BSP de 1/2 polegada (DN15) e pressão máxima de trabalho de 16 bar (PN16).

O componente possui faixa de regulagem de 0 a 10 bar, temperatura de trabalho de 0 °C a +180 °C e conexões roscadas conforme ISO 228/1, sendo especificado para utilização com água, vapor e gases não perigosos.

Funções principais:

- Alívio controlado da pressão dos sistemas pressurizados;
- Proteção dos equipamentos, tubulações e componentes associados;
- Manutenção das condições adequadas de operação dos sistemas;
- Possibilidade de regulagem da pressão dentro da faixa especificada;
- Contribuição para a confiabilidade e segurança operacional das instalações industriais.

O componente é aplicado nos sistemas industriais existentes no parque fabril, em instalações que necessitam de proteção contra condições de sobrepressão, considerando as características dimensionais, construtivas e operacionais especificadas para o material.

Sua correta aplicação permite:

- Proteção dos sistemas contra condições inadequadas de pressão;
- Aplicação em instalações com conexão roscada fêmea-fêmea BSP de 1/2" (DN15);
- Operação dentro da pressão máxima de trabalho de 16 bar;
- Regulagem da pressão na faixa de 0 a 10 bar;
- Operação na faixa de temperatura de 0 °C a +180 °C;
- Utilização com água, vapor e gases não perigosos;
- Preservação da integridade dos equipamentos e tubulações;
- Maior confiabilidade e segurança das operações industriais.

A correta especificação da conexão BSP de 1/2" (DN15), da pressão máxima de trabalho, da faixa de regulagem, da vedação em PTFE, dos materiais construtivos e da faixa de temperatura é necessária para garantir a adequada aplicação do componente nos sistemas existentes.

BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO:

- Proteção dos sistemas contra condições de sobrepressão;
- Preservação da integridade dos equipamentos e instalações;
- Possibilidade de regulagem conforme as condições requeridas pelo sistema;
- Compatibilidade com água, vapor e gases não perigosos;
- Manutenção da confiabilidade operacional dos sistemas;
- Contribuição para a continuidade das operações industriais.

A ausência ou falha da válvula de alívio pode comprometer a proteção dos sistemas pressurizados, aumentando o risco de ocorrência de condições inadequadas de pressão e podendo impactar a integridade dos equipamentos, tubulações e demais componentes envolvidos.

Objetivo da Contratação é garantir a disponibilidade da válvula de alívio especificada, assegurando:

- Proteção adequada dos sistemas pressurizados;
- Compatibilidade dimensional e de conexão com as instalações existentes;
- Regulagem da pressão dentro da faixa especificada de 0 a 10 bar;
- Operação dentro da pressão máxima de trabalho de 16 bar;
- Operação dentro da faixa de temperatura de 0 °C a +180 °C;
- Compatibilidade com os fluidos especificados para aplicação;
- Preservação da integridade dos equipamentos e tubulações;
- Redução de riscos operacionais;
- Confiabilidade e continuidade das atividades industriais.

As válvulas de alívio de pressão são componentes importantes dos sistemas industriais pressurizados, contribuindo para a proteção dos equipamentos e instalações contra condições de pressão superiores aos parâmetros estabelecidos para a operação.

Para a aplicação em questão, a correta especificação do componente é relevante em razão das características de válvula de alívio regulável, DN15 (1/2"), corpo em latão, vedação em PTFE, pressão máxima de trabalho de 16 bar, faixa de regulagem de 0 a 10 bar, conexões fêmea-fêmea BSP e temperatura de trabalho de 0 °C a +180 °C, que devem ser compatíveis com o sistema no qual será instalado.

A indisponibilidade ou falha desses componentes pode:

- Comprometer a proteção dos sistemas pressurizados;
- Impactar equipamentos e instalações industriais;
- Aumentar os riscos de ocorrências operacionais;
- Resultar em paradas não programadas;
- Comprometer a disponibilidade dos ativos industriais.

Dessa forma, a válvula de alívio possui relevância estratégica para garantir a segurança, confiabilidade e continuidade das operações de Bio-Manguinhos.

A indicação da marca GENEBRE é de natureza técnica, considerando que a válvula de alívio especificada possui características dimensionais, construtivas e funcionais compatíveis com a aplicação prevista nos sistemas existentes.

A utilização do componente especificado considera:

- Válvula de alívio de pressão com descarga conduzida;
- Tipo válvula de alívio regulável;
- Diâmetro 1/2 polegada (DN15);
- Conexões rosca fêmea-fêmea BSP;
- Corpo em latão EN 1982 – CC754S;
- Obturador em latão EN 12164 – CW614N;
- Haste em latão EN 12164 – CW614N;
- Mola em aço zincado EN 10270-1;
- Vedação em PTFE;
- Pressão máxima de trabalho de 16 bar (PN16);
- Faixa de regulagem de 0 a 10 bar;

- Temperatura de trabalho de 0 °C a +180 °C;
- Conexões roscadas conforme ISO 228/1;
- Compatibilidade com água, vapor e gases não perigosos;
- Referência comercial 319004;
- Marca/Fabricante Genebre.

Essas características devem ser preservadas para garantir:

- Compatibilidade dimensional e de conexão com a instalação existente;
- Adequação à pressão máxima de trabalho e à faixa de regulagem especificadas;
- Compatibilidade da vedação em PTFE com a aplicação;
- Adequação aos limites de temperatura especificados;
- Compatibilidade dos materiais construtivos com a aplicação;
- Manutenção das características funcionais requeridas para a proteção do sistema;
- Confiabilidade e segurança operacional das instalações.

A utilização de componentes com características divergentes pode acarretar:

- Incompatibilidade dimensional ou de conexão com a instalação existente;
- Inadequação da faixa de regulagem;
- Inadequação aos limites de pressão ou temperatura do sistema;
- Incompatibilidade com o fluido de aplicação;
- Necessidade de adaptações na instalação;
- Alterações nas condições de funcionamento;
- Possível perda de desempenho e confiabilidade;
- Aumento dos riscos operacionais.

Assim, a indicação da marca encontra respaldo técnico na necessidade de compatibilidade com os sistemas existentes, nas características construtivas e funcionais especificadas para o componente e na mitigação de riscos operacionais, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

A estimativa foi baseada em:

- Histórico de consumo e substituições;
- Planos de manutenção preventiva;
- Quantidade de equipamentos e sistemas pressurizados instalados;
- Criticidade operacional dos sistemas atendidos;
- Necessidade de estoque mínimo estratégico;
- Prevenção de paradas não programadas.

Pedido de compra nº 231415

A BOMBA DOSEADORA GRUNDFOS, referência comercial 97721359, modelo DDC 6-10, é um equipamento destinado à dosagem controlada de fluidos no sistema de osmose reversa, sendo necessária para o adequado funcionamento, manutenção e continuidade operacional do sistema existente.

A bomba possui capacidade máxima de dosagem de 6 L/h, pressão máxima de 10 bar, faixa de ajuste de 1:1000, altura de sucção de 6 m e faixa de temperatura do líquido de -10 a 45°C, características necessárias para atendimento às condições de operação da aplicação especificada.

O equipamento possui alimentação elétrica de 1×100-240 V, 50-60 Hz, acuracidade de ±1% e possibilidade de repetição, características que devem ser consideradas para assegurar a adequada instalação, operação e desempenho do equipamento no sistema de osmose reversa existente.

Sua função está diretamente relacionada à dosagem controlada no sistema de tratamento de água, contribuindo para a manutenção das condições requeridas de operação e para a continuidade das atividades de manutenção e operação das utilidades industriais.

Bomba Doseadora Grundfos

- Dosagem controlada de fluidos no sistema de osmose reversa;
- Capacidade máxima de dosagem de 6 L/h;
- Pressão máxima de operação de 10 bar;
- Faixa de ajuste de 1:1000;
- Altura de sucção de 6 m;
- Operação com líquidos na faixa de temperatura de -10 a 45°C;
- Alimentação elétrica de 1×100-240 V, 50-60 Hz;
- Acuracidade de ±1% e possibilidade de repetição;
- Continuidade da operação e das atividades de manutenção do sistema de osmose reversa.

Benefícios da utilização:

- Garantia da dosagem controlada no sistema de osmose reversa;
- Manutenção das condições de operação requeridas pelo sistema;
- Continuidade das atividades de manutenção preventiva e corretiva;
- Redução da ocorrência de falhas decorrentes da indisponibilidade do equipamento;
- Preservação das condições de operação do sistema;
- Manutenção da confiabilidade e disponibilidade das utilidades industriais;
- Continuidade operacional do sistema de osmose reversa.

A indisponibilidade da bomba doseadora pode comprometer a dosagem necessária ao funcionamento do sistema de osmose reversa, impactando as condições de operação do tratamento de água e podendo ocasionar intervenções corretivas e paradas não programadas.

LOCAL DE USO: Sistema de Osmose Reversa – Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Objetivo da Contratação é garantir a disponibilidade da bomba doseadora destinada ao sistema de osmose reversa, assegurando:

- Funcionamento adequado e contínuo do sistema;
- Execução das manutenções preventivas e corretivas previstas;
- Manutenção da dosagem requerida para a operação do sistema;
- Redução das paradas não programadas;
- Preservação da confiabilidade dos equipamentos e sistemas de utilidades;
- Continuidade das atividades industriais e de apoio de Bio-Manguinhos.

O sistema de osmose reversa constitui uma etapa relevante do tratamento de água utilizado nas instalações industriais, sendo necessária a adequada operação de seus componentes para manutenção das condições requeridas de funcionamento das utilidades.

A bomba doseadora possui função diretamente relacionada ao controle da dosagem no sistema, sendo sua disponibilidade necessária para garantir a continuidade operacional e a adequada manutenção do processo de tratamento.

A especificação de capacidade máxima de 6 L/h, pressão máxima de 10 bar, faixa de ajuste de 1:1000, altura de sucção de 6 m, faixa de temperatura do líquido de -10 a 45°C, alimentação elétrica de 1×100-240 V, 50-60 Hz e acuracidade de ±1% estabelece os parâmetros necessários para a aplicação específica do equipamento.

A indisponibilidade ou falha desse componente pode:

- Comprometer a operação do sistema de osmose reversa;
- Interferir na dosagem necessária ao tratamento;
- Impactar a disponibilidade das utilidades atendidas pelo sistema;
- Gerar intervenções e paradas não programadas;
- Comprometer a confiabilidade operacional do sistema de tratamento de água.

Dessa forma, a bomba doseadora possui relevância estratégica para garantir a continuidade, confiabilidade e disponibilidade das utilidades industriais de Bio-Manguinhos.

A indicação da marca GRUNDFOS, especificamente da referência comercial 97721359, modelo DDC 6-10, está fundamentada no conjunto de características técnicas necessárias à aplicação existente no sistema de osmose reversa.

A referência especificada apresenta capacidade máxima de dosagem de 6 L/h, pressão máxima de 10 bar, faixa de ajuste de 1:1000, altura de sucção de 6 m, faixa de temperatura do líquido de -10 a 45°C, alimentação elétrica de 1×100-240 V, 50-60 Hz e acuracidade de ±1%, características que devem ser mantidas para assegurar a adequada operação do equipamento na aplicação existente.

A definição da referência comercial não decorre exclusivamente da função genérica de dosagem, mas do atendimento conjunto dos parâmetros de vazão, pressão, ajuste, sucção, temperatura, alimentação elétrica e acuracidade, necessários à compatibilidade técnica com o sistema de osmose reversa.

A utilização de bomba de outro fabricante ou de configuração técnica divergente poderá acarretar:

- Incompatibilidade de capacidade de dosagem e pressão com a aplicação existente;
- Necessidade de adaptações mecânicas, hidráulicas ou elétricas;
- Alteração das características de dosagem do sistema;
- Incompatibilidade com as condições de sucção e temperatura da aplicação;
- Comprometimento do desempenho operacional;
- Aumento do risco de falhas e indisponibilidade;
- Necessidade de intervenções adicionais para adequação do equipamento ao sistema existente.

A alimentação elétrica de 1×100-240 V, 50-60 Hz também constitui característica relevante para a substituição do equipamento, uma vez que a alteração das condições elétricas poderá exigir adequações na instalação existente.

Da mesma forma, a acuracidade de ±1%, associada à possibilidade de repetição, constitui característica funcional relevante para a aplicação de dosagem, devendo ser preservada para manter a confiabilidade da operação do sistema.

Dessa forma, a indicação da marca GRUNDFOS, referência 97721359, modelo DDC 6-10, possui caráter técnico e está vinculada às características específicas necessárias à aplicação existente e à manutenção da configuração do sistema de osmose reversa.

Assim, a especificação da marca e referência comercial decorre da necessidade de assegurar a compatibilidade técnica e funcional do equipamento com o sistema existente, preservando as condições de operação, confiabilidade e disponibilidade das utilidades industriais, conforme os critérios aplicáveis da Lei nº 14.133/2021.

A estimativa das quantidades foi elaborada considerando:

- Histórico de consumo nas manutenções corretivas;
- Planos de manutenção preventiva estabelecidos para os equipamentos;
- Quantidade de bombas doseadoras instaladas nos sistemas existentes;
- Criticidade do sistema de osmose reversa;
- Necessidade de manutenção de estoque mínimo para atendimento de intervenções emergenciais;
- Garantia da continuidade operacional das utilidades industriais do Parque Fabril.

Pedido de compra nº 225236

O SENSOR;ELETROSTATICO;1,4MS;USB2.0;SK-H050,KEYENCE, objeto deste pedido, é componente eletrônico crítico destinado à medição e monitoramento de cargas eletrostáticas em processos industriais instalados no Parque Fabril de Bio Manguinhos.

Este sensor integra a arquitetura original dos sistemas do fabricante Keyence Corporation e possui função essencial de: monitorar níveis de carga eletrostática em superfícies e componentes sensíveis; prevenir descargas eletrostáticas (ESD) que possam comprometer equipamentos eletrônicos; apoiar análises técnicas e diagnósticos de campo por meio de interface USB 2.0; assegurar a estabilidade operacional de sistemas automatizados e painéis eletrônicos;

O desgaste natural, falha eletrônica ou indisponibilidade do sensor comprometem diretamente a confiabilidade dos sistemas monitorados, podendo ocasionar: danos a componentes eletrônicos sensíveis; falhas intermitentes em sistemas de controle; riscos de paralisações não programadas; impactos na integridade dos processos produtivos;

A substituição periódica deste componente é recomendada conforme diretrizes do fabricante e boas práticas de manutenção preventiva, sendo indispensável para manter a confiabilidade operacional e a conformidade regulatória dos processos produtivos.

A aquisição possibilita a reposição pontual do sensor, evitando indisponibilidade de equipamentos críticos e interrupções nas atividades de produção de imunobiológicos, biofármacos e reativos para diagnóstico.

A indisponibilidade do item ou o uso de componentes não originais pode resultar em: medições imprecisas ou inconsistentes; incompatibilidade com sistemas de monitoramento existentes; comprometimento da segurança eletrostática das instalações; necessidade de revalidações e retrabalhos;

Objetivo da Contratação é garantir a disponibilidade de sensor original KEYENCE, assegurando: monitoramento preciso de cargas eletrostáticas; atendimento às manutenções preventivas e corretivas; preservação das condições operacionais validadas; conformidade com as BPF e requisitos da ANVISA; continuidade das atividades estratégicas da unidade;

O monitoramento de cargas eletrostáticas é parâmetro crítico para: proteção de equipamentos eletrônicos industriais; estabilidade dos sistemas automatizados; prevenção de falhas decorrentes de descargas eletrostáticas; atendimento à RDC nº 658/2022 e IN nº 138/2022; cumprimento das entregas ao Ministério da Saúde;

Falhas nesses sensores impactam diretamente a missão institucional do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-Manguinhos.

A escolha do componente KEYENCE é tecnicamente justificada, considerando que: o sensor solicitado é parte integrante do sistema de monitoramento instalado; somente o modelo SK-H050 garante compatibilidade técnica e funcional com a arquitetura existente; componentes similares não possuem validação junto aos equipamentos instalados; o uso de item não original pode comprometer medições, rastreabilidade e condições validadas; a manutenção da conformidade regulatória exige a utilização de peças homologadas pelo fabricante;

Conclusão: A aquisição do SENSOR;ELETROSTATICO;1,4MS;USB2.0;SK H050,KEYENCE é imprescindível, sendo a única solução tecnicamente aceitável para garantir a confiabilidade do monitoramento eletrostático e o atendimento às normas sanitárias vigentes.

A estimativa considera: histórico de substituições de sensores similares; vida útil recomendada pelo fabricante; criticidade dos equipamentos monitorados; necessidade de estoque mínimo estratégico para o ano.

Pedido de compra nº 231409

A PLACA DE FONTE BIVOLT é um componente essencial para o correto funcionamento dos equipamentos elétricos e eletrônicos utilizados nos sistemas industriais, sendo responsável pelo fornecimento e condicionamento da alimentação elétrica necessária para o funcionamento adequado dos circuitos internos do equipamento.

Sua função está diretamente relacionada à conversão, adequação e distribuição da alimentação elétrica aos componentes eletrônicos do equipamento, garantindo condições apropriadas de tensão e energia para o funcionamento dos circuitos e sistemas associados.

A placa de fonte especificada corresponde à referência ELE.015.2720, fabricante NOVA ÉTICA, modelo V0RV0, com alimentação bivolt, destinada à aplicação em estufa.

Funções principais: Fornecimento de alimentação elétrica aos circuitos internos do equipamento; Adequação da alimentação elétrica para os componentes eletrônicos; Suporte ao funcionamento dos sistemas de controle e comando; Manutenção da estabilidade operacional do equipamento; Contribuição para o funcionamento adequado da estufa.

A ausência ou falha da placa de fonte pode provocar a interrupção do funcionamento dos circuitos alimentados, comprometendo a operação da estufa e podendo ocasionar indisponibilidade do equipamento.

A placa de fonte é aplicada em estufa, conforme especificação constante no cadastro do material, integrando o sistema elétrico e eletrônico do equipamento.

Sua correta operação permite: Alimentação adequada dos circuitos internos; Funcionamento dos sistemas eletrônicos da estufa; Continuidade operacional do equipamento; Redução de falhas elétricas e eletrônicas; Manutenção das condições adequadas de operação.

A utilização do componente compatível com o equipamento é necessária para evitar incompatibilidades elétricas, funcionais ou construtivas que possam comprometer o desempenho e a confiabilidade do sistema.

BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO: Manutenção da estabilidade operacional da estufa; Redução de falhas e paradas não programadas; Preservação dos circuitos e componentes eletrônicos; Garantia da continuidade operacional do equipamento; Redução da necessidade de intervenções corretivas; Manutenção das condições adequadas de funcionamento do equipamento.

A ausência ou falha da placa de fonte pode resultar na interrupção da alimentação dos circuitos internos da estufa, ocasionando indisponibilidade do equipamento e necessidade de intervenção corretiva.

Garantir a disponibilidade contínua da PLACA DE FONTE V0RV0, BIVOLT, REFERÊNCIA ELE.015.2720, FABRICANTE NOVA ÉTICA, assegurando: Funcionamento adequado da estufa; Alimentação elétrica adequada dos circuitos internos; Continuidade das atividades que dependem do equipamento; Redução de falhas operacionais; Preservação dos componentes eletrônicos; Maior confiabilidade operacional do equipamento.

As estufas constituem equipamentos utilizados em atividades laboratoriais, produtivas e de controle de qualidade, podendo estar associadas a processos que dependem de condições controladas de operação.

A disponibilidade dos componentes responsáveis pela alimentação elétrica dos equipamentos é importante para garantir a continuidade e confiabilidade das operações.

A indisponibilidade ou falha da placa de fonte pode: Interromper o funcionamento da estufa; Comprometer atividades que dependam do equipamento; Gerar paradas não programadas; Aumentar a necessidade de manutenção corretiva; Comprometer a disponibilidade do ativo.

Dessa forma, a placa de fonte possui relevância para a manutenção da confiabilidade e disponibilidade operacional da estufa na qual está instalada.

A indicação da marca NOVA ÉTICA e da referência ELE.015.2720 possui caráter técnico, considerando a aplicação específica do componente em estufa e a necessidade de compatibilidade com o equipamento existente.

A placa de fonte especificada possui características definidas no cadastro do material, incluindo: Modelo: V0RV0; Alimentação: bivolt; Referência comercial: ELE.015.2720; Fabricante: NOVA ÉTICA; Aplicação: estufa.

A utilização de componente compatível é necessária para garantir o adequado funcionamento dos circuitos elétricos e eletrônicos do equipamento, evitando alterações ou adaptações que possam comprometer sua operação.

A substituição por outro fabricante ou modelo não deve ser considerada equivalente apenas pela classificação genérica como “placa de fonte bivolt”, devendo ser comprovada a compatibilidade técnica, elétrica, funcional e construtiva com o equipamento existente.

Na avaliação de eventual alternativa, deverão ser considerados, conforme aplicável: Tensão e faixa de alimentação; Característica bivolt; Tensões de saída; Correntes de saída; Potência e capacidade de fornecimento; Características dos circuitos alimentados; Conexões elétricas; Dimensões físicas; Sistema de fixação; Compatibilidade com o equipamento; Compatibilidade com os circuitos eletrônicos existentes; Condições de operação da estufa.

A utilização de uma placa com características divergentes pode acarretar: Incompatibilidade elétrica; Funcionamento inadequado dos circuitos; Necessidade de adaptações; Risco de danos aos componentes eletrônicos; Perda de confiabilidade operacional; Aumento do risco de falhas e indisponibilidade do equipamento.

Assim, a indicação da marca NOVA ÉTICA e da referência ELE.015.2720 encontra respaldo técnico na necessidade de preservar a compatibilidade com o equipamento existente, manter suas características originais de funcionamento

e reduzir riscos associados à substituição por componente tecnicamente incompatível, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

A estimativa foi baseada em: Histórico de consumo e substituições; Planos de manutenção preventiva; Quantidade de equipamentos instalados; Necessidade de reposição de componentes eventualmente avariados; Criticidade operacional dos equipamentos atendidos; Necessidade de estoque mínimo estratégico; Prevenção de paradas não programadas.

A manutenção de estoque estratégico desse componente permite reduzir o tempo de resposta das equipes de manutenção diante de eventual falha da placa instalada, possibilitando sua rápida substituição e reduzindo o período de indisponibilidade da estufa.

Diante do exposto, a aquisição da PLACA DE FONTE V0RV0, BIVOLT, REFERÊNCIA ELE.015.2720, NOVA ÉTICA, ITEM 36628, mostra-se tecnicamente necessária para garantir a manutenção da disponibilidade e confiabilidade da estufa à qual o componente está destinado.

A especificação considera a referência cadastrada e sua aplicação específica, sendo necessária a manutenção da compatibilidade elétrica, funcional e construtiva com o equipamento existente.

Dessa forma, eventual substituição por outro fabricante ou modelo deverá ser condicionada à comprovação de equivalência técnica, considerando todos os parâmetros elétricos, funcionais, construtivos e de instalação pertinentes à aplicação.

Portanto, a aquisição contribui para a confiabilidade, disponibilidade e continuidade operacional dos equipamentos utilizados nas atividades de Bio-Manguinhos, reduzindo os riscos associados à falha da alimentação elétrica interna e à consequente indisponibilidade da estufa.

Pedidos de compras nº 223067, 225220, 225539, 225641, 225648, 231080, 231235, 231619

A aquisição dos componentes elétricos e de automação da marca Schneider é necessária para atender às demandas de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas elétricos, painéis de comando, automação industrial, distribuição de energia e utilidades instalados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos.

Os itens contemplados incluem disjuntores, contatores, transformador de corrente e módulo de interface de rede, utilizados na proteção, acionamento, monitoramento, supervisão e controle de equipamentos e sistemas industriais. Esses componentes são essenciais para assegurar a operação segura e contínua das instalações elétricas e dos sistemas automatizados que suportam os processos produtivos e as utilidades industriais.

A indisponibilidade desses materiais pode comprometer a proteção elétrica dos circuitos, a operação de motores, bombas e equipamentos industriais, além de impactar a continuidade operacional de sistemas críticos.

Os materiais serão utilizados em:

- Painéis de distribuição e comando elétrico;
- Sistemas de automação industrial e instrumentação;
- Sistemas de supervisão e controle;
- Motores, bombas e equipamentos de utilidades;
- Sistemas de Água Purificada (PW), Água para Injetáveis (WFI) e demais utilidades industriais;
- Redes de comunicação e controle industrial;
- Equipamentos produtivos e instalações de apoio à produção.

Os disjuntores são responsáveis pela proteção dos circuitos contra sobrecargas e curtos-circuitos. Os contatores realizam o acionamento e desligamento seguro de motores e cargas elétricas. Os transformadores de corrente permitem a medição e monitoramento elétrico, fornecendo sinais para sistemas de proteção e supervisão. Os módulos de interface de rede garantem a comunicação e integração entre equipamentos e sistemas automatizados.

A utilização dos componentes especificados proporciona:

- Proteção adequada dos circuitos elétricos;
- Continuidade operacional dos sistemas industriais;
- Confiabilidade dos sistemas de automação e controle;
- Segurança operacional dos equipamentos e colaboradores;
- Disponibilidade dos sistemas de supervisão e monitoramento;
- Redução de falhas elétricas e operacionais;
- Redução de paradas não programadas;
- Preservação da integridade dos equipamentos e instalações;
- Atendimento aos requisitos de Boas Práticas de Fabricação (BPF).

A ausência ou falha desses componentes pode ocasionar interrupções operacionais, danos a equipamentos, perda de monitoramento, falhas de proteção elétrica e comprometimento da confiabilidade dos sistemas produtivos.

Objetivo da contratação é garantir a disponibilidade dos componentes elétricos e de automação necessários à manutenção dos sistemas existentes, assegurando:

- Operação segura e confiável dos sistemas elétricos;
- Continuidade das atividades produtivas e de utilidades;
- Compatibilidade com os equipamentos instalados;
- Atendimento às manutenções preventivas e corretivas;
- Preservação das condições de operação dos sistemas automatizados;
- Redução de riscos operacionais;
- Continuidade dos processos industriais críticos.

A confiabilidade dos sistemas elétricos, de automação e de utilidades constitui requisito fundamental para a continuidade das atividades produtivas de Bio-Manguinhos e para o atendimento das demandas estratégicas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os componentes especificados são utilizados em sistemas que suportam processos industriais, monitoramento operacional, distribuição de energia e utilidades críticas. Sua indisponibilidade pode comprometer a estabilidade operacional dos sistemas, provocar interrupções produtivas, impactar a segurança das instalações e dificultar o atendimento aos requisitos regulatórios aplicáveis.

Dessa forma, os materiais possuem relevância estratégica para a manutenção da infraestrutura industrial, da confiabilidade operacional e da continuidade das atividades produtivas da instituição.

A indicação da marca Schneider possui fundamentação técnica relacionada à compatibilidade dos componentes com os sistemas atualmente instalados e em operação no Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Os equipamentos e painéis existentes foram projetados, configurados, qualificados e mantidos utilizando componentes do fabricante Schneider, garantindo compatibilidade elétrica, funcional, dimensional e operacional.

A utilização de componentes de fabricante distinto poderá acarretar:

- Incompatibilidade com os sistemas existentes;
- Necessidade de adaptações elétricas, mecânicas ou de instalação;

- Alterações em sistemas de automação e supervisão;
- Necessidade de testes complementares, reconfigurações ou revalidações;
- Aumento dos riscos operacionais;
- Impactos na manutenção, rastreabilidade e padronização dos ativos industriais;
- Possíveis prejuízos à confiabilidade e segurança dos sistemas.

A especificação da marca encontra respaldo técnico na necessidade de preservar a compatibilidade funcional dos sistemas existentes, a continuidade operacional, a padronização dos componentes instalados e a confiabilidade das instalações industriais, observados os critérios previstos nos artigos 41 e 43 da Lei nº 14.133/2021.

A estimativa das quantidades foi elaborada considerando:

- Histórico de consumo e substituições;
- Planos de manutenção preventiva;
- Demandas de manutenção corretiva;
- Quantidade de equipamentos e sistemas instalados;
- Criticidade dos sistemas atendidos;
- Vida útil dos componentes;
- Necessidade de reposição e estoque estratégico;
- Prevenção de falhas e paradas não programadas;
- Atendimento às necessidades operacionais do Parque Fabril.

Pedido de compra nº 231239

O ISOLADOR/DUPLICADOR GALVÂNICO especificado no presente pedido de compra é um componente destinado à interface e ao condicionamento de sinais elétricos utilizados nos sistemas de instrumentação, automação e controle industrial do parque fabril.

Sua função é proporcionar isolação elétrica entre os circuitos envolvidos, contribuindo para a proteção dos equipamentos e para a integridade dos sinais utilizados nos sistemas de monitoramento e controle.

A utilização desse componente é particularmente relevante em instalações industriais nas quais diferentes equipamentos, instrumentos e sistemas de automação precisam operar de forma integrada, reduzindo os efeitos indesejados decorrentes de diferenças de potencial, interferências elétricas e possíveis perturbações nos circuitos de sinal.

Funções principais: Isolação galvânica entre circuitos elétricos; Interface entre dispositivos de instrumentação e sistemas de controle; Duplicação/replicação do sinal para utilização em diferentes circuitos; Redução da propagação de interferências elétricas entre sistemas; Proteção dos circuitos de instrumentação e controle; Preservação da integridade dos sinais utilizados pelos sistemas de automação; Contribuição para a confiabilidade dos sistemas de supervisão e controle.

A utilização de dispositivo adequado à aplicação é necessária para garantir que os sinais sejam transmitidos de forma confiável entre os diferentes elementos do sistema de automação.

O isolador/duplicador galvânico é destinado à utilização nos sistemas de instrumentação, automação, supervisão e controle existentes no parque fabril. Sua aplicação pode estar associada a: Sistemas de automação industrial; Painéis de controle; Sistemas de instrumentação; Sistemas supervisórios; Interfaces entre instrumentos de campo e sistemas de controle; Circuitos de transmissão de sinais; Sistemas de monitoramento de variáveis de processo; Equipamentos e sistemas de utilidades industriais.

A correta aplicação do componente permite: Maior confiabilidade na transmissão dos sinais; Isolação entre diferentes circuitos; Redução da possibilidade de interferências elétricas; Preservação dos equipamentos conectados; Maior estabilidade dos sistemas de automação e controle; Manutenção da disponibilidade dos sistemas industriais.

A disponibilidade do isolador/duplicador galvânico proporciona: Maior confiabilidade dos sistemas de instrumentação; Proteção dos circuitos de sinal; Redução dos efeitos de interferências elétricas; Isolação entre equipamentos e sistemas; Maior estabilidade na transmissão dos sinais; Redução de falhas associadas à interface entre sistemas; Facilidade para manutenção dos sistemas de automação; Redução do tempo de indisponibilidade dos equipamentos; Preservação da continuidade operacional dos sistemas industriais.

A ausência ou falha de um dispositivo adequado de isolação e interface de sinais pode provocar perda ou degradação da comunicação entre instrumentos e sistemas de controle, ocasionando leituras inadequadas, alarmes, falhas de supervisão ou indisponibilidade de determinados sistemas.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade de isoladores/duplicadores galvânicos compatíveis com os sistemas de instrumentação e automação existentes, assegurando: Confiabilidade na transmissão dos sinais; Isolação adequada entre circuitos; Proteção dos equipamentos e componentes conectados; Continuidade dos sistemas de automação e controle; Redução de falhas e paradas não programadas; Facilidade de manutenção e reposição; Preservação da disponibilidade dos ativos industriais.

Os sistemas de instrumentação, automação e supervisão são fundamentais para o acompanhamento e controle das condições operacionais dos equipamentos e sistemas industriais utilizados por Bio-Manguinhos.

O isolador/duplicador galvânico constitui um elemento de interface desses sistemas, contribuindo para que os sinais provenientes de instrumentos e dispositivos de campo sejam adequadamente encaminhados aos sistemas responsáveis pelo monitoramento e controle.

A indisponibilidade ou falha desse componente pode: Comprometer a transmissão de sinais; Interferir no monitoramento das variáveis de processo; Provocar falhas de comunicação entre dispositivos; Gerar alarmes ou indicações incorretas; Aumentar a necessidade de manutenção corretiva; Prolongar o tempo de recuperação dos sistemas; Comprometer a disponibilidade dos ativos industriais.

Dessa forma, a manutenção de estoque adequado desses componentes constitui medida importante para garantir a confiabilidade, segurança e continuidade operacional dos sistemas de automação e instrumentação.

A indicação da marca SENSE, referência KD-722T/24VCC, possui caráter técnico, considerando a necessidade de compatibilidade do componente com os sistemas de instrumentação, automação e controle atualmente instalados.

A especificação de um isolador/duplicador galvânico não deve considerar exclusivamente sua função genérica. Para a avaliação de eventual produto de outro fabricante, devem ser verificadas as características técnicas necessárias à aplicação, tais como: Tipo de sinal de entrada; Tipo e quantidade de sinais de saída; Função de duplicação do sinal; Alimentação elétrica; Tensão de alimentação de 24 Vcc; Isolação galvânica; Compatibilidade com os equipamentos conectados; Características de instalação; Dimensões e forma de montagem; Bornes e conexões; Compatibilidade com os painéis existentes; Características elétricas e de desempenho; Compatibilidade com os sistemas de automação instalados.

A eventual substituição por dispositivo de outro fabricante não deve ser considerada automaticamente equivalente apenas pela semelhança de sua função. A aceitação de produto alternativo deverá ser precedida de análise de equivalência técnica, considerando todas as características necessárias ao funcionamento adequado do circuito.

A utilização da referência especificada contribui para: Manutenção das características originais da instalação; Padronização dos componentes de instrumentação; Compatibilidade com os sistemas existentes; Facilidade de manutenção e reposição; Redução da necessidade de adaptações; Preservação da confiabilidade dos circuitos de automação; Redução de riscos associados à substituição de componentes.

Assim, a indicação da marca e referência específica encontra fundamento nas características técnicas e na compatibilidade necessárias à aplicação, devendo eventual aceitação de produto de outro fabricante ser condicionada à comprovação de equivalência técnica.

A estimativa das quantidades a serem adquiridas foi fundamentada nos seguintes critérios: Histórico de consumo e substituições; Levantamento das necessidades de manutenção; Quantidade de sistemas e painéis de automação existentes; Planos de manutenção preventiva; Necessidades identificadas durante manutenções corretivas; Criticidade dos sistemas de instrumentação e controle; Necessidade de reposição de componentes; Necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico; Prevenção de indisponibilidade dos sistemas de automação.

A manutenção de estoque estratégico desses componentes permite reduzir o tempo de resposta das equipes de manutenção diante de eventuais falhas, possibilitando a rápida substituição do componente e contribuindo para a continuidade das operações industriais.

Pedidos de compras nº 225507, 225845, 231736, 231581

A aquisição dos componentes da marca SPIRAX SARCO é necessária para atender às demandas de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de vapor industrial e utilidades térmicas instalados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos.

Os itens contemplados compreendem válvula redutora de pressão, sede piloto para sistema de controle de pressão, purgador termodinâmico e válvulas de segurança, componentes essenciais para o controle, proteção, distribuição e utilização segura do vapor industrial empregado em processos produtivos, sistemas de aquecimento, esterilização e utilidades térmicas.

Esses componentes atuam diretamente na estabilidade operacional dos sistemas de vapor, garantindo controle adequado da pressão, eliminação eficiente de condensado, proteção contra sobrepressão e manutenção das condições operacionais dos equipamentos atendidos.

A indisponibilidade ou falha desses componentes pode comprometer o desempenho dos sistemas térmicos, ocasionando oscilações de pressão, perdas energéticas, danos a equipamentos, interrupções operacionais e riscos à segurança das instalações.

Os materiais serão aplicados nos sistemas de vapor industrial existentes, incluindo:

- Redes de distribuição de vapor saturado;
- Sistemas de utilidades térmicas;
- Autoclaves e equipamentos de esterilização;
- Trocadores de calor;
- Sistemas de aquecimento de processo;
- Linhas de produção industrial;
- Instalações de apoio ao Controle de Qualidade;
- Equipamentos dependentes de controle preciso de pressão e temperatura.

A válvula redutora de pressão é responsável pela redução e estabilização da pressão do vapor a jusante. A sede piloto integra o sistema de controle da válvula, garantindo vedação e regulagem adequada. O purgador termodinâmico promove a remoção eficiente do condensado e gases não condensáveis das linhas de vapor, enquanto as válvulas de segurança protegem os sistemas contra condições de sobrepressão.

A utilização dos componentes proporciona:

- Controle estável da pressão do vapor;
- Proteção dos equipamentos contra sobrepressão;
- Remoção eficiente de condensado e gases não condensáveis;
- Melhoria da eficiência energética dos sistemas térmicos;
- Redução de falhas operacionais;
- Preservação da integridade dos equipamentos;
- Continuidade operacional dos sistemas de utilidades;
- Redução de intervenções corretivas emergenciais;
- Atendimento às Boas Práticas de Fabricação (BPF).

A ausência desses componentes pode provocar instabilidade operacional, redução da eficiência dos sistemas, aumento do consumo energético e interrupções não programadas.

Objetivo da Contratação é garantir a disponibilidade dos componentes necessários à manutenção dos sistemas de vapor industrial existentes, assegurando:

- Operação segura e confiável das utilidades térmicas;
- Continuidade das atividades produtivas;
- Preservação das condições operacionais validadas;
- Atendimento às manutenções preventivas e corretivas;
- Redução de riscos operacionais;
- Confiabilidade dos sistemas de geração e distribuição de vapor;
- Continuidade dos processos industriais críticos.

Os sistemas de vapor industrial constituem infraestrutura essencial para diversas operações produtivas de Bio-Manguinhos, incluindo processos de esterilização, aquecimento, preparo de utilidades e suporte à produção de imunobiológicos e biofármacos destinados ao Sistema Único de Saúde.

A confiabilidade desses sistemas é fundamental para assegurar parâmetros térmicos adequados, manter condições operacionais controladas e atender aos requisitos regulatórios aplicáveis às Boas Práticas de Fabricação.

A indisponibilidade dos componentes especificados pode comprometer a estabilidade operacional dos sistemas térmicos, gerar interrupções produtivas e impactar diretamente a continuidade das atividades estratégicas da instituição.

A indicação da marca SPIRAX SARCO possui fundamentação técnica relacionada à compatibilidade dos componentes com os sistemas de vapor atualmente instalados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos.

Os equipamentos e sistemas existentes foram projetados, configurados e mantidos utilizando componentes originais do fabricante, garantindo compatibilidade dimensional, funcional e operacional com as instalações existentes.

A utilização de componentes de fabricante distinto poderá acarretar:

- Incompatibilidade dimensional e funcional;
- Alterações nas características de controle de pressão;
- Perda de eficiência dos sistemas de vapor;
- Necessidade de adaptações técnicas;
- Riscos à segurança operacional;
- Impactos na confiabilidade dos sistemas;
- Possíveis não conformidades regulatórias;
- Aumento da ocorrência de falhas e paradas não programadas.

A aquisição destina-se à reposição de componentes originais e à manutenção das condições operacionais já estabelecidas, não caracterizando modernização ou ampliação dos sistemas existentes.

Dessa forma, a indicação da marca SPIRAX SARCO encontra respaldo técnico na necessidade de preservar a compatibilidade, a confiabilidade e a segurança operacional dos sistemas de vapor, observados os critérios previstos nos arts. 41 e 43 da Lei nº 14.133/2021.

A estimativa das quantidades foi elaborada considerando:

- Histórico de consumo e substituições;
- Planos de manutenção preventiva;
- Demandas de manutenção corretiva;
- Criticidade dos sistemas de vapor;
- Condições operacionais de pressão e temperatura;
- Recomendações técnicas do fabricante;
- Necessidade de estoque mínimo estratégico;
- Prevenção de falhas e paradas não programadas;
- Atendimento às necessidades operacionais do Parque Fabril.

Pedidos de compras nº 231091, 231696

A aquisição do EXAUSTOR DE AR VENTOKIT NM 280, marca WESTAFLEX, é necessária para atender às demandas de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ventilação e exaustão existentes nas instalações de Bio-Manguinhos.

O equipamento é destinado à renovação e movimentação controlada do ar em ambientes internos, contribuindo para a remoção de ar viciado, calor, umidade e odores, além de auxiliar na manutenção das condições ambientais necessárias ao adequado funcionamento das instalações industriais e prediais.

O item possui características específicas de alimentação elétrica (127/220 V), potência de 40 W e configuração construtiva compatível com os sistemas atualmente instalados, sendo necessário para reposição de equipamentos que apresentem desgaste, falha ou indisponibilidade operacional.

O exaustor será aplicado nos sistemas de ventilação e exaustão existentes em áreas industriais, técnicas, administrativas e de apoio à produção, contribuindo para a renovação contínua do ar e para a manutenção das condições adequadas de ventilação dos ambientes.

Sua utilização possibilita:

- Renovação controlada do ar;
- Redução da concentração de umidade;
- Auxílio na dissipação de calor;
- Remoção de odores e ar viciado;
- Melhoria das condições ambientais dos ambientes atendidos;
- Continuidade dos sistemas de ventilação existentes;
- Redução do tempo de recuperação em caso de falha dos equipamentos instalados.

A indisponibilidade do equipamento pode comprometer a ventilação dos ambientes atendidos, exigindo intervenções corretivas e substituição imediata do componente.

A disponibilidade do exaustor proporciona:

- Maior confiabilidade dos sistemas de ventilação e exaustão;
- Manutenção das condições adequadas de renovação de ar;
- Redução de problemas decorrentes de ventilação insuficiente;
- Auxílio no controle de umidade e temperatura dos ambientes;
- Redução do tempo de indisponibilidade dos sistemas;
- Agilidade nas atividades de manutenção;
- Preservação das condições operacionais das instalações;
- Continuidade das atividades desenvolvidas nos ambientes atendidos.

A ausência de equipamento de reposição pode prolongar o tempo de recuperação dos sistemas e impactar o funcionamento das instalações.

Objetivo da Contratação é garantir a disponibilidade de exaustores compatíveis com os sistemas existentes, assegurando:

- Continuidade dos sistemas de ventilação e exaustão;
- Renovação adequada do ar dos ambientes;
- Redução do tempo de indisponibilidade dos equipamentos;
- Agilidade na execução das manutenções preventivas e corretivas;
- Manutenção das condições operacionais das instalações;
- Confiabilidade dos sistemas prediais e industriais;
- Continuidade das atividades de apoio à produção e manutenção.

Os sistemas de ventilação e exaustão integram a infraestrutura de apoio necessária ao funcionamento adequado das instalações de Bio-Manguinhos, contribuindo para a manutenção das condições ambientais dos ambientes atendidos.

A indisponibilidade desses sistemas pode resultar em:

- Redução da renovação de ar;
- Aumento da umidade e temperatura dos ambientes;
- Comprometimento das condições ambientais das instalações;
- Necessidade de intervenções corretivas emergenciais;
- Aumento do tempo de recuperação dos sistemas;
- Indisponibilidade temporária de áreas atendidas;
- Impactos nas atividades de manutenção e operação.

Dessa forma, a disponibilidade de exaustores para reposição constitui medida importante para a confiabilidade e continuidade operacional das instalações.

A indicação da marca WESTAFLEX, modelo VENTOKIT NM 280, possui fundamentação técnica relacionada à compatibilidade do equipamento com os sistemas de ventilação e exaustão atualmente instalados em Bio-Manguinhos.

O equipamento apresenta características específicas de tensão, potência, dimensões construtivas, sistema de instalação e desempenho compatíveis com a infraestrutura existente, permitindo sua substituição sem necessidade de adaptações mecânicas ou elétricas.

A utilização de equipamento com características divergentes poderá acarretar:

- Incompatibilidade dimensional;
- Necessidade de adaptações na instalação;
- Alterações nas características de ventilação;
- Aumento do tempo de manutenção;
- Impactos no desempenho do sistema;
- Redução da confiabilidade operacional.

A indicação da marca e modelo especificados visa preservar as características originais da instalação, manter a padronização dos equipamentos utilizados e assegurar a compatibilidade técnica necessária ao adequado funcionamento dos sistemas existentes, observados os critérios previstos nos arts. 41 e 43 da Lei nº 14.133/2021.

A estimativa das quantidades foi elaborada considerando:

- Histórico de consumo e substituições;
- Quantidade de equipamentos instalados;
- Demandas de manutenção preventiva e corretiva;
- Desgaste natural dos equipamentos;
- Criticidade dos ambientes atendidos;
- Necessidade de estoque mínimo estratégico;
- Prevenção de períodos prolongados de indisponibilidade;
- Continuidade operacional das instalações.

A manutenção de estoque estratégico desses equipamentos permite reduzir o tempo de resposta das equipes de manutenção, possibilitando a rápida substituição de equipamentos defeituosos e contribuindo para a continuidade das operações da unidade.

Pedido de compra nº 231827

O MÓDULO DE INTERFACE DE REDE PADRÃO STB é um componente essencial para o funcionamento dos sistemas de controle e automação industrial, sendo responsável pela interface de comunicação entre a arquitetura distribuída Modicon STB e a rede industrial Ethernet Modbus TCP/IP.

Para o item 35428, está especificado o módulo de interface de rede STBNIP2311, da fabricante Schneider Electric, com comunicação Ethernet Modbus TCP/IP, portas 10BASE-T/100BASE-T, modo de troca half ou full duplex e taxa de transmissão de 10/100 Mbit/s.

O módulo permite a comunicação da configuração STB com a rede industrial, possibilitando a troca de informações entre os módulos de E/S e os sistemas de controle e supervisão associados à automação.

Funções principais:

- Interface de comunicação entre a arquitetura STB e a rede industrial Ethernet Modbus TCP/IP;
- Comunicação Ethernet 10BASE-T/100BASE-T;
- Integração da configuração STB à rede de controle e automação;
- Comunicação com até 32 módulos de E/S endereçáveis por ilha;
- Suporte a 1 segmento primário e até 6 segmentos de extensão;
- Disponibilização de recursos de comunicação, diagnóstico e configuração da arquitetura STB.

O módulo é aplicado nos sistemas de controle e automação existentes no parque fabril, integrando a arquitetura distribuída Modicon STB à rede industrial Ethernet Modbus TCP/IP.

Sua correta aplicação permite:

- Comunicação dos módulos de E/S da arquitetura STB com o sistema de controle;
- Integração da ilha STB à rede Ethernet industrial;
- Transmissão de dados a 10/100 Mbit/s;
- Utilização de segmentos de comunicação com comprimento de até 100 m por segmento, conforme especificação;
- Suporte a 1 segmento primário e até 6 segmentos de extensão;
- Comunicação com até 32 módulos de E/S endereçáveis por ilha;
- Utilização de serviços de comunicação Modbus TCP/IP e SNMP, além de protocolo BOOTP/DHCP;
- Configuração, diagnóstico e acesso às variáveis por meio da Web incorporada.

A documentação oficial da Schneider Electric confirma o STBNIP2311 como módulo de interface de rede padrão Modicon STB para Ethernet Modbus TCP/IP, com portas 10BASE-T/100BASE-T, 1 segmento primário e até 6 extensões.

- Manutenção da comunicação dos sistemas de controle e automação;
- Continuidade da troca de informações entre os módulos STB e a rede industrial;
- Preservação da disponibilidade dos sistemas de controle e supervisão;
- Manutenção da arquitetura de comunicação existente;
- Disponibilidade de recursos de diagnóstico e configuração;
- Redução de falhas e indisponibilidades relacionadas à comunicação industrial.

A ausência ou falha do módulo de interface de rede pode interromper ou comprometer a comunicação entre a arquitetura Modicon STB e a rede industrial, impactando a disponibilidade dos sistemas de controle, automação e supervisão associados.

Objetivo da Contratação é garantir a disponibilidade do módulo de interface de rede especificado, assegurando:

- Funcionamento adequado da comunicação dos sistemas STB;
- Continuidade da comunicação Ethernet Modbus TCP/IP;
- Integração adequada dos módulos de E/S à rede industrial;
- Compatibilidade com a arquitetura de automação existente;
- Manutenção das características de comunicação especificadas;
- Redução de falhas e indisponibilidades de comunicação;
- Preservação da arquitetura de controle e automação existente.

Os módulos de interface de rede são componentes fundamentais em arquiteturas de automação distribuída, permitindo a comunicação entre os módulos de entradas e saídas e os sistemas responsáveis pelo controle e supervisão dos processos industriais.

O STBNIP2311 atua como interface de rede da arquitetura Modicon STB, representando a configuração da ilha como um nó da rede Ethernet e possibilitando a comunicação com o sistema de controle por meio do protocolo Ethernet Modbus TCP/IP. A documentação da Schneider Electric também identifica sua função como gateway para a ilha Advantys STB e descreve suas capacidades de troca de dados, diagnóstico e configuração.

A indisponibilidade ou falha desses componentes pode:

- Comprometer a comunicação dos sistemas de automação;
- Impactar a troca de informações entre os módulos de E/S e o sistema de controle;
- Gerar indisponibilidade de funções de controle e supervisão;
- Resultar em intervenções e paradas não programadas;
- Comprometer a disponibilidade dos ativos industriais automatizados.

Dessa forma, o módulo de interface de rede possui relevância estratégica para garantir a continuidade, confiabilidade e disponibilidade dos sistemas de controle e automação de Bio-Manguinhos.

A indicação da marca SCHNEIDER ELECTRIC é de natureza técnica, considerando que o material especificado corresponde ao módulo de interface de rede STBNIP2311, integrante da arquitetura Modicon STB existente.

A utilização do componente especificado considera:

- Módulo de interface de rede padrão STB;
- Referência STBNIP2311;
- Rede Ethernet Modbus TCP/IP;
- Porta Ethernet 10BASE-T/100BASE-T;
- Modo de troca half ou full duplex;
- Taxa de transmissão de 10/100 Mbit/s;
- 1 segmento primário e até 6 extensões;
- Comprimento de barramento de 0 a 100 m por segmento;
- Até 32 módulos de E/S endereçáveis por ilha;
- Serviços de comunicação Modbus TCP/IP e SNMP;
- Protocolos BOOTP/DHCP;
- Web incorporada para configuração, diagnóstico e acesso a variáveis;
- Tensão de alimentação nominal de 24 Vcc;
- Fonte de alimentação tipo SELV;
- Limites de tensão de alimentação de 19,2 a 30 Vcc;
- Corrente de entrada de 550 mA para o circuito de alimentação;
- Tensão de saída de 5,25 Vcc para o barramento lógico, com tolerância especificada pelo fabricante.

A documentação técnica oficial da Schneider Electric confirma esses parâmetros para o STBNIP2311, incluindo a alimentação de 24 Vcc, faixa de 19,2–30 Vcc, comunicação Ethernet 10/100 Mbit/s, até 32 módulos de E/S por ilha e 1 segmento primário com até 6 extensões.

A utilização do módulo correspondente à arquitetura existente garante:

- Compatibilidade com a arquitetura Modicon STB instalada;
- Compatibilidade com a rede industrial Ethernet Modbus TCP/IP;
- Manutenção das características originais de comunicação;
- Compatibilidade elétrica com a alimentação especificada para o sistema;
- Preservação da arquitetura de controle e automação existente;
- Redução da necessidade de alterações na configuração instalada;
- Manutenção da confiabilidade operacional dos sistemas de controle e supervisão.

A utilização de módulo com características divergentes pode acarretar:

- Incompatibilidade com a arquitetura Modicon STB existente;
- Incompatibilidade de comunicação com a rede industrial;
- Incompatibilidade elétrica com o sistema instalado;
- Necessidade de alterações na configuração ou arquitetura de automação;

- Perda ou indisponibilidade da comunicação entre os dispositivos;
- Impactos no funcionamento dos sistemas de controle, automação e supervisão.

Assim, a indicação da marca encontra respaldo técnico na necessidade de compatibilidade com a arquitetura de automação existente, nas características elétricas e de comunicação especificadas para o componente e na mitigação de riscos operacionais, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

A estimativa foi baseada em:

- Histórico de consumo e substituições;
- Planos de manutenção preventiva;
- Quantidade de sistemas de controle e automação e módulos STB instalados;
- Criticidade operacional dos sistemas atendidos;
- Necessidade de estoque mínimo estratégico;
- Prevenção de paradas não programadas.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Manter atualizado o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), assim como, todos os níveis de credenciamento durante a vigência contratual.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEELT; SEMEL; SEMAC	LEONARDO PEREIRA DO NASCIMENTO
SELET; SEMRE; SEMAP; SEMMA	WAGNER ALVES DA SILVA

5. Levantamento de Mercado

O presente levantamento teve como objetivo verificar e demonstrar que a solução proposta, Aquisição de Material de Consumo, representa, de forma inequívoca, a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, superando outras possibilidades analisadas para suprir a necessidade identificada. A análise realizada comprovou a pertinência da escolha e evidenciou a racionalidade administrativa que fundamenta a decisão.

A opção pela aquisição em questão não se limita ao atendimento de uma demanda pontual, mas está definitivamente alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Tais fundamentos consolidam a legitimidade do processo e demonstram, com

segurança, que a decisão adotada garante o melhor interesse coletivo, preservando a qualidade dos serviços prestados e assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1. Método da estimativa da demanda.

As quantidades estabelecidas para a pretensa Aquisição e Fornecimento foram determinadas por meio de metodologias de cálculo que se fundamentam no histórico e na previsão de consumo informada pelos usuários.

A solução definida para atender à demanda foi elaborada considerando as seguintes atividades:

a. Etapas da gestão de estoque e validade dos materiais de consumo;

b. Árvore de Materiais - Lista detalhada dos materiais e suas respectivas quantidades que compõem um produto ou atividade (quando couber);

c. Análise do histórico de consumo dos itens nos últimos 24 meses, 12 meses e nos últimos 3 meses;

d. Consideração do Contrato de fornecimento de produtos, firmado entre Bio-Manguinhos e Ministério da Saúde para o ano sequente;

e. Avaliação do Saldo em Aquisições de processos vigentes.

Dessa forma, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi embasada em uma análise criteriosa dos dados disponíveis, visando garantir a eficiência e adequação do fornecimento às necessidades da CONTRATANTE.

2. Estimativa da quantidade a ser contratada:

Pedido	Item	Descrição	Unid	Qtd
231259	34666	TRANSMISSOR,TEMPERATURA;S501I-1S-0,CONTEMP;APL DUTO	UN	8
225507	52421	VALVULA,RED;PRESSAO;25PSS;TI-D296-01;1.1/2",SPIRAX SARCO	UN	4
231091	55798	EXAUSTOR,AR;127/220V;40W; VENTOKITNM 280,WESTAFLEX	UN	2
231696	55798	EXAUSTOR,AR;127/220V;40W; VENTOKITNM 280,WESTAFLEX	UN	1
225845	58705	SEDE PILOTO(CJ);MP;710000134, SPIRAX SARCO	CJ	1
231619	31301	DISJUNTOR;BIPOLAR;25A;DIN;230/400V; EZ9F33225,SCHNEIDER	UN	21
231253	33631	TRANSMISSOR,PRESSAO;0 A 10;4 A 20 MA;A/MLP2-10-20,ACI	UN	15
231080	36392	DISJUNTOR;UNIPOLAR;16A;CURVA C; EZ9F33116,SCHNEIDER	UN	7
231619	36424	DISJUNTOR;K32A EASY9;CURVA C;40A; EZ9F33340,SCHNEIDER	UN	9
231239	39576	ISOLADOR;DUPLICADOR;GALVANICO; KD-722T/24VCC,SENSE	UN	4
231253	40097	TRANSMISSOR,TEMPERATURA; UMIDADE;A/RH1-TT1K-D-BB-4,ACI	UN	3
231253	40098	TRANSMISSOR,TEMPERATURA; UMIDADE;A/RH2-TT1K-D-4X-4;ACI	UN	2
231576	40099	TRANSMISSOR,TEMPERATURA; PAREDE;-15 A 65°C; A/TT1K-SP-4,ACI	UN	1
231253	41456	SENSOR,TEMPERATURA;4-20MA;-40A71° C;A/TT100-SP-4;118451,ACI	UN	5

225220	53216	CONTATORA;TRIPOLAR;LC1D09BD, SCHNEIDER;APL CTAS DE BIO	UN	1
225236	55986	SENSOR;ELETROSTATICO;1,4MS;USB2. 0;SK-H050,KEYENCE	UN	1
225539	59654	DISJUNTOR;BIPOLAR;6A;CURVA C;220V; EZ9F33206;SCHNEIDER	UN	1
231253	64599	TRANSMISSAO,PRESSAO;DIFERENCIAL; A/MLP2-002-W-B-B-A-0P,ACI	UN	2
231955	5177	TRANSMISSOR,UMIDADE;FX 20/95%;4 /20MA;RH5-SP,ACI-AUTOMATION	UN	15
231415	13398	BOMBA,DOSEADORA;97721359, GRUNDFOS;APL SISTEMA OSMOSE REVERSA	UN	2
231259	25602	TRANSMISSOR,TEMPERATURA; UMIDADE;DISPLAY;S501A-1S-0, CONTEMP	UN	13
231235	26945	DISJUNTOR,CAIXA;MOLDADA; TRIFASICO;80A;EZC100H3080, SCHNEIDER	UN	3
231827	35428	MODULO,INTERFACE;REDE;STB; STBNIP2311,SCHNEIDER ELECTRIC	UN	9
231409	36628	PLACA,FONTE;V0RV0;BIVOLT;ELE. 015.2720,NOVA ETICA;APL ESTUFA	UN	1
231619	39175	DISJUNTOR;BIPOLAR;CURVA C;20A; 220V;EZ9F33220,SCHNEIDER	UN	21
225641	39177	DISJUNTOR;TRIPOLAR;63A;220V;5KA; EZ9F33363,SCHNEIDER	UN	5
231080	39177	DISJUNTOR;TRIPOLAR;63A;220V;5KA; EZ9F33363,SCHNEIDER	UN	4
231619	39424	DISJUNTOR;UNIPOLAR;50/60HZ;10A; CURVA C;EZ9F33110,SCHNEIDER	UN	2
223067	51019	CONTATOR,TRIPOLAR;32A;1NA;1NF; 24VCC;LC1D32BL,SCHNEIDER	UN	2
225220	53214	CONTATORA;TRIPOLAR;LC1D18BD, SCHNEIDER;APL CTAS DE BIO	UN	1
225220	53215	CONTATORA;TRIPOLAR;LC1D32BD, SCHNEIDER;APL CTAS DE BIO	UN	1
225648	53217	TRANSFORMADOR.CORRENTE; METSECT5MD080,SCHNEIDER;APL CTAS BIO	UN	1
225220	53278	CONTATOR,TRIPOLAR;LC1K1201M7, SCHNEIDER;APL CTAS	UN	1
231743	61405	VALVULA,ALIVIO;1/2POL;LATAO; VEDACAO,PTFE;16BAR;31900,GENEBRE	UN	1
231736	63676	PURGADOR,TERMODINAMICO;AISI420;3 /4";TD52,SPIRAX SARCO	UN	1
231581	67496	VALVULA,SEGURANCA;SV17;3/4"BSP; 313020402071,SPIRAX SARCO	UN	1
231581	68091	VALVULA,SEGURANCA;SV17;AZ;1/2POL; BSP;313020302021,SPIRAX SAR	UN	1

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Diante do aumento da demanda identificado pelos programas do Ministério da Saúde e da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, a estimativa de quantidades de materiais de consumo reflete esse crescimento. Com base nos dados históricos das aquisições anteriores, observamos um incremento significativo na necessidade de insumos devido ao aumento da capacidade de produção da unidade Bio-Manguinhos/Fiocruz e ao crescimento da demanda do Sistema Único de Saúde (SUS). O material é necessário para garantir a continuidade das operações e o cumprimento

das metas estabelecidas. Assim, a projeção para o período contempla um aumento dos quantitativos, a fim de atender plenamente as novas exigências operacionais e os programas de saúde pública.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
52421	VALVULA,RED;PRESSAO;25PSS;TI-D296-01;1.1/2, SPIRAX SARCO	UN	0	10	1	4
33631	TRANSMISSOR,PRESSAO;0 A 10;4 A 20 MA;A/MLP2-10-20,ACI	UN	0	7	0	18
31301	DISJUNTOR;BIPOLAR;25A;DIN;230/400V;EZ9F33225, SCHNEIDER	UN	50	20	15	21
25602	TRANSMISSOR,TEMPERATURA;UMIDADE;DISPLAY; S501A-1S-0,CONTEMP	UN	8	8	0	22
39177	DISJUNTOR;TRIPOLAR;63A;220V;5KA;EZ9F33363, SCHNEIDER	UN	20	0	5	9
35428	MODULO,INTERFACE;REDE;STB;STBNIP2311, SCHNEIDER ELECTRIC	UN	9	12	5	9

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Analisando a necessidade de contratação do último ciclo, decorrente de ajustes nos programas de saúde pública e estabilização epidemiológica, a estimativa de aquisição de materiais de consumo será reduzida proporcionalmente. Analisando os dados históricos de consumo e as projeções revisadas do Ministério da Saúde, prevemos uma diminuição, conforme tabela abaixo, na quantidade de materiais em comparação aos períodos anteriores. Essa redução visa ajustar os estoques e evitar desperdícios, mantendo a eficiência no uso dos recursos sem comprometer a capacidade produtiva e a qualidade dos serviços prestados por Bio-Manguinhos/Fiocruz ao SUS.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
59654	DISJUNTOR;BIPOLAR;6A;CURVA C;220V;EZ9F33206; SCHNEIDER	UN	0	0	5	1
36392	DISJUNTOR;UNIPOLAR;16A;CURVA C;EZ9F33116, SCHNEIDER	UN	13	45	0	7
39576	ISOLADOR;DUPLICADOR;GALVANICO;KD-722T/24VCC, SENSE	UN	27	0	0	12
40097	TRANSMISSOR,TEMPERATURA;UMIDADE;A/RH1-TT1K-D-BB-4,ACI	UN	2	18	0	3
41456	SENSOR,TEMPERATURA;4-20MA;-40A71°C;A/TT100-SP-4;118451,ACI	UN	0	10	0	5
40099	TRANSMISSOR,TEMPERATURA;PAREDE;-15 A 65°C; A /TT1K-SP-4,ACI	UN	10	0	0	1
36424	DISJUNTOR;K32A EASY9;CURVA C;40A;EZ9F33340, SCHNEIDER	UN	10	10	0	9
26945	DISJUNTOR,CAIXA;MOLDADA;TRIFASICO;80A; EZC100H3080,SCHNEIDER	UN	10	0	0	3
5177	TRANSMISSOR,UMIDADE;FX 20/95%;4/20MA;RH5-SP, ACI-AUTOMATION	UN	0	0	20	15
51019	CONTATOR,TRIPOLAR;32A;1NA;1NF;24VCC;LC1D32BL, SCHNEIDER	UN	8	0	6	5
39175	DISJUNTOR;BIPOLAR;CURVA C;20A;220V;EZ9F33220, SCHNEIDER	UN	20	10	30	21

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Com base nos dados históricos de consumo e no planejamento estratégico de Bio-Manguinhos/Fiocruz, a demanda por insumos para a produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos tem se mantido estável nos últimos anos. Dessa forma, a estimativa de quantidades a serem contratadas para este ciclo segue o padrão médio observado anteriormente, sem variações significativas. O planejamento para a aquisição de materiais de consumo considera as demandas dos programas do Ministério da Saúde e as necessidades operacionais da unidade, de modo a garantir a continuidade da produção e o atendimento integral ao SUS, mantendo a estimativa de compra alinhada aos volumes previamente adquiridos.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
58705	SEDE PILOTO(CJ);MP;710000134,SPIRAX SARCO	CJ	0	2	1	1
53216	CONTATORA;TRIPOLAR;LC1D09BD,SCHNEIDER; APL CTAS DE BIO	UN	5	0	1	1
55986	SENSOR;ELETROSTATICO;1,4MS;USB2.0;SK-H050, KEYENCE	UN	0	1	0	1
40098	TRANSMISSOR,TEMPERATURA;UMIDADE;A/RH2-TT1K-D-4X-4;ACI	UN	2	2	0	2
53214	CONTATORA;TRIPOLAR;LC1D18BD,SCHNEIDER; APL CTAS DE BIO	UN	5	0	1	1
53215	CONTATORA;TRIPOLAR;LC1D32BD,SCHNEIDER; APL CTAS DE BIO	UN	5	0	1	1
53278	CONTATOR,TRIPOLAR;LC1K1201M7,SCHNEIDER; APL CTAS	UN	5	0	1	1
53217	TRANSFORMADOR.CORRENTE;METSECT5MD080, SCHNEIDER;APL CTAS BIO	UN	2	0	1	1
39424	DISJUNTOR;UNIPOLAR;50/60HZ;10A;CURVA C; EZ9F33110,SCHNEIDER	UN	10	0	0	10

Como se trata de um item recentemente cadastrado, sem histórico de aquisições anteriores, a estimativa das quantidades será baseada em projeções técnicas e nos parâmetros estabelecidos pela demanda do Ministério da Saúde. A definição das quantidades levou em consideração as previsões de utilização no processo produtivo de Bio-Manguinhos/Fiocruz, alinhadas ao plano de expansão industrial e às necessidades do SUS. A projeção inicial foi elaborada com base em estudos de demanda, levando em conta a capacidade produtiva da unidade, o cronograma de implementação de novos produtos e o impacto esperado desse item na cadeia de produção.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
55798	EXAUSTOR,AR;127/220V;40W;VENTOKITNM 280, WESTAFLEX	UN	0	0	0	4
34666	TRANSMISSOR,TEMPERATURA;S501I-1S-0,CONTEMP; APL DUTO	UN	0	0	0	17
64599	TRANSMISSAO,PRESSAO;DIFERENCIAL;A/MLP2-002-W-B-B-A-0P,ACI	UN	0	0	0	2
13398	BOMBA,DOSEADORA;97721359,GRUNDFOS;APL SISTEMA OSMOSE REVERSA	UN	0	0	0	2
36628	PLACA,FONTE;V0RV0;BIVOLT;ELE.015.2720,NOVA ETICA;APL ESTUFA	UN	0	0	0	1
67496	VALVULA,SEGURANCA;SV17;3/4BSP;313020402071, SPIRAX SARCO	UN	0	0	0	1
68091	VALVULA,SEGURANCA;SV17;AZ;1/2POL;BSP; 313020302021,SPIRAX SAR	UN	0	0	0	1
63676	PURGADOR,TERMODINAMICO;AISI420;3/4;TD52,SPIRAX SARCO	UN	0	0	0	2
61405	VALVULA,ALIVIO;1/2POL;LATAO;VEDACAO,PTFE;16BAR; 31900,GENEBRE	UN	0	0	0	1

7. Descrição da solução como um todo

Nesta seção, descreve-se a solução técnica proposta para atender à necessidade administrativa, incluindo as características essenciais e os requisitos preliminares. A solução especificada visa manter em operação todo o parque fabril do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, bem como seus projetos e laboratórios onde são realizadas análises físico-químicas e estudos. Esse modelo, já em uso, otimiza o processo, reduzindo desperdícios de tempo e de informações, o que facilita a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, além de simplificar procedimentos administrativos e reduzir custos financeiros.

A fundamentação legal específica para a aquisição será devidamente detalhada no Termo de Referência (TR), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. No TR, serão definidos os dispositivos legais que sustentam a contratação, contemplando os critérios de economicidade, eficiência e sustentabilidade. A justificativa para cada etapa será embasada nos princípios da Administração Pública e na aderência às normas vigentes, garantindo clareza, transparência e segurança jurídica ao processo, de modo a assegurar a solução mais vantajosa para o interesse público.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 284.345,18

O valor dessa contratação está estimado em R$ 284.345,18 (Duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e cinco reais e dezoito centavos).

Informamos que o valor disposto no item 8 deste ETP, reflete os valores apurados na pesquisa de mercado realizada para fins de estimativas de valores e planejamento orçamentário da contratação, possibilitando a avaliação da viabilidade econômica, portanto, não se confunde com a pesquisa a ser realizada para aferição da conformidade /aceitação da proposta, que será realizada de acordo com a Instrução Normativa Seges/ME 65/2021 junto ao mercado fornecedor para obtenção do preço de referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em atendimento ao art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a opção pelo parcelamento do objeto justifica-se pela viabilidade técnica e pela vantajosidade econômica da aquisição de materiais de consumo de forma fracionada, considerando que os itens possuem natureza comum, características independentes e podem ser fornecidos de maneira autônoma, sem prejuízo à funcionalidade, à qualidade ou ao atendimento da necessidade administrativa.

O parcelamento possibilita a ampliação da competitividade, favorece a participação de um maior número de fornecedores e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, conforme as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se de aquisição dos itens comuns para atendimento a Bio-Manguinhos. Suas necessidades são planejadas anualmente para atendimento às mais diversas áreas e setores. Dessa forma, os pedidos inseridos em sistema interno são liberados de acordo com sua prioridade de compra. As contratações são consolidadas por guardar relação com o objeto principal. Não havendo vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens desta contratação foram devidamente previstos no Plano de Gestão de Contratações (PGC) das respectivas unidades, tendo sido lançados em 2025, com a previsão de execução no exercício de 2026, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022.

A demanda apresentada neste documento está contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) para o ano de 2026, alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Fiocruz, e foi registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), dentro dos prazos e requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

I) ID pca PNCP: 33781055000135-0-000007/2026

II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025

Classe	Desc da Classe	Identificador da Futura Contratação	Id do item no PCA
4730	ACESSÓRIOS E FERRAGENS ESPECIAIS PARA MANGUEIRAS, CANOS E TUBOS	254445-23/2026	286
4510	DISPOSITIVOS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	254445-23/2026	300
4140	VENTILADORES, CIRCULADORES DE AR E VENTOINHAS	254445-23/2026	227
6685	INSTRUMENTOS PARA MEDIÇÃO E CONTROLE DE PRESSÃO, TEMPERATURA E UMIDADE	254445-23/2026	350
5930	CHAVES ELÉTRICAS	254445-23/2026	321
5925	DISJUNTORES	254445-23/2026	235
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
5950	BOBINAS E TRANSFORMADORES	254445-23/2026	273
4230	EQUIPAMENTO PARA DESCONTAMINAÇÃO E IMPREGNAÇÃO	254445-23/2026	390
4330	CENTRIFUGADORES, SEPARADORES E FILTROS DE PRESSÃO E A VÁCUO	254445-23/2026	358
4820	VÁLVULAS NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ	254445-23/2026	381
5963	MÓDULOS ELETRÔNICOS	254445-23/2026	318

12. Prorrogação da ARP e Quantitativos

Em conformidade com o Parecer n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, registra-se que, considerando que a vigência da Ata de Registro de Preços poderá alcançar até 24 (vinte e quatro) meses, mediante prorrogação por igual período, esta fase de planejamento prevê expressamente a possibilidade de renovação dos quantitativos originalmente registrados, limitada ao quantitativo anual estimado para fins de planejamento. A renovação dos quantitativos somente poderá ocorrer caso sejam observadas simultaneamente as seguintes condições: Comprovação da manutenção do preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 22 do Decreto nº 11.462 /2023; Previsão expressa no edital e na própria Ata de Registro de Preços quanto à possibilidade de renovação dos quantitativos durante a prorrogação; Tratamento prévio e justificado no planejamento, nos moldes do art. 18, §1º, IV, e art. 40 da Lei nº 14.133/2021, assegurando alinhamento com o princípio da anualidade e com as estimativas de consumo; Formalização por termo aditivo dentro do prazo de vigência original, conforme orientação consolidada no Parecer n. 00075/2024 e na ON AGU nº 89/2024. A presente previsão visa garantir segurança jurídica ao procedimento, assegurar transparência aos licitantes, preservar a fidedignidade das estimativas anuais de demanda e evitar a necessidade de superdimensionamento de quantitativos no planejamento inicial, nos termos das conclusões consolidadas pela AGU. Dessa forma, fica consignado neste ETP que a eventual prorrogação da Ata poderá contemplar a renovação dos quantitativos definidos para a contratação, observando-se que as estimativas aqui apresentadas poderão ser refinadas ou ajustadas no Termo de Referência, respeitados sempre os limites legais e as condições estabelecidas para renovação.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O investimento contínuo na instituição com enfoque na importância de uma equipe com colaboradores atuantes e eficientes é uma marca do Instituto. Os resultados esperados com esta aquisição é a manutenção da capacidade produtiva, técnica e de inovação. Materiais e práticas que promovem o bem-estar ajudam na eficiência e na produtividade dos colaboradores, permitindo que eles trabalhem de forma mais confortável e

focada. Manter o parque industrial operacional durante todo o ano, evitando parada na rotina dos laboratórios e o atraso na liberação de lotes de produtos, dada a provável redução do absenteísmo, uma vez que colaboradores mais saudáveis tendem a ter menos problemas de saúde e, consequentemente, menos ausências.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O Plano de Logística Sustentável da Fiocruz (PLS) contém diversas medidas mitigadoras e ações voltadas para o baixo consumo de energia e outros recursos, bem como a logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos. Abaixo estão algumas das principais ações incluídas no PLS:

Redução do Consumo de Energia:

- Promoção de Campanhas de Uso Racional de Energia Elétrica: Inclui a distribuição de informes físicos e digitais, adesivos sobre como reduzir o consumo de energia elétrica, e a realização de seminários.
- Retrofit nas Demandas de Adequações: Execução de estudos de viabilidade e serviços de retrofit para melhorar a eficiência energética das instalações.
- Substituição de Equipamentos: Troca de equipamentos antigos por novos com selo Procel e substituição de lâmpadas por LED.
- Instalação de Sensores e Temporizadores: Implementação de sensores de presença e temporizadores para otimizar o uso de energia.

Gestão de Resíduos e Logística Reversa:

- Resíduos de Óleo Vegetal: Coleta quinzenal e reciclagem de óleo vegetal usado nos restaurantes dos campi.
- Pilhas e Baterias: Logística reversa em parceria com a ABINEE, coletando e destinando cerca de 8.880,3 kg de pilhas e baterias para reciclagem.
- Cartuchos, Tonners e Latas de Tinta: Destinação para coprocessamento, transformando-os em combustível para a indústria cimenteira.
- Resíduos Eletroeletrônicos: Remanufatura e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos por meio de cooperativas credenciadas.
- Coleta Seletiva de Papel/Papelão, Plástico e Vidro: Programa de coleta seletiva solidária que destinou, entre 2018 e 2020, aproximadamente 622,5 toneladas de papel/papelão, 130,5 toneladas de plástico, e 20,6 toneladas de vidro para reciclagem.

Essas ações fazem parte de um esforço contínuo da Fiocruz para reduzir impactos ambientais, promover a sustentabilidade e garantir o manejo adequado dos recursos e resíduos.

A Fiocruz, ciente do seu papel enquanto instituição de pesquisa, ensino e produção em saúde pública, adota práticas de mitigação e controle dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Exemplo disso é seu programa de gerenciamento de resíduos, procedimentos de biossegurança, programa de tratamento de efluentes, que conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto própria, e programa de descarte de resíduos químicos e nucleares, entre outros. Essas práticas garantem o controle dos impactos ambientais inerentes aos processos da Fiocruz, resultando em uma condução diligente e consciente dos aspectos ambientais relativos ao cuidado com a saúde pública.

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas, verificamos que a licitação/contratação sustentável é um instrumento significativo para que a Administração Pública exija que as empresas cumpram requisitos de sustentabilidade socioambiental, desde a produção até a distribuição de bens, prestação de serviços e realização de obras de engenharia.

Conforme a Instrução Normativa Nº 01/2010-SLTI/MPOG, os órgãos da Administração Pública podem exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens. No presente processo, aplicam-se os requisitos desta Instrução Normativa. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental previstos, especificamente os definidos no artigo 5º da IN mencionada, que incluem:

I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento; e

IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Por se tratar de responsabilidade corporativa da empresa fornecedora, deve-se incluir no rol de declarações que sua política de governança contempla compromissos de sustentabilidade ambiental, com ações nas áreas de redução da geração de resíduos sólidos, emissões de gases de efeito estufa, consumo de água, consumo de energia, e apoio à diversidade étnica, cultural e de gênero.

15. Providências a serem Adotadas

Não há providências necessárias para adequação do local de execução das aquisições, visto que, o consumo do objeto a ser adquirido já contempla o espaço necessário para o Uso, Ambiente de Produção e Laboratórios do referido Instituto.

16. Local E Data

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2026.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Técnico Preliminar e demais informações, considero viável, tanto nos aspectos técnicos quanto nos aspectos econômicos, a realização da aquisição pretendida a fim de atender as demandas de Bio-Manguinhos. Diante de todas as informações colhidas nas etapas de elaboração do ETP, **com base nas informações fornecidas pelos respectivos usuários e detalhadas nas justificativas anexas,** caberá à autoridade competente decidir pela viabilidade da contratação, bem como o seu alinhamento com a necessidade apontada pela unidade demandante e o planejamento estratégico da organização.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de

2020.

LEONARDO PEREIRA DO NASCIMENTO

Equipe de Planejamento

WAGNER ALVES DA SILVA

Equipe de Planejamento

MICHAEL PAISANTE DE OLIVEIRA

Equipe de Fiscalização

CRISTINA AZEVEDO ZANIRATI

Equipe de Fiscalização

ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES — ITENS 1 A 35

ITEM 1 — CÓDIGO 5177

DESCRIÇÃO: TRANSMISSOR,UMIDADE;FX 20/95%;4/20MA;RH5-SP,ACI-AUTOMATION

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

TRANSMISSOR DE UMIDADE; FAIXA DE 20 A 95%; 4 / 20 MA; REF RH5-SP, ACI-AUTOMATION

COMPONENTS INC

ITEM 2 — CÓDIGO 33631

DESCRIÇÃO: TRANSMISSOR,PRESSAO;0 A 10;4 A 20 MA;A/MLP2-10-20,ACI

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

TRANSMISSOR DE PRESSAO;RANGE 0 A 10" WC ;SAIDA 4 A 20 MA;

REFERENCIA A/MLP2-10-20,

FABRICANTE ACI (AUTOMATION COMPONENTS INC)

NOTA: REFERÊNCIA ATUAL A/MLP2-10-20

ITEM 3 — CÓDIGO 40097

DESCRIÇÃO: TRANSMISSOR,TEMPERATURA;UMIDADE;A/RH1-TT1K-D-BB-4,ACI

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

TRANSMISSOR DE TEMPERATURA E UMIDADE DE DUTO INOX

SAÍDA: 4 A 20 MA; RANGE: -15 A 65ºC / 0 A 100%

REFERENCIA: A/RH1-TT1K-D-BB-4

FABRICANTE: ACI

ITEM 4 — CÓDIGO 40098

DESCRIÇÃO: TRANSMISSOR,TEMPERATURA;UMIDADE;A/RH2-TT1K-D-4X-4,ACI

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

TRANSMISSOR DE TEMPERATURA E UMIDADE DE DUTO PLASTICO

SAÍDA: 4 A 20 MA; RANGE: -15 A 65ºC / 0 A 100%

REFERENCIA: A/RH2-TT1K-D-4X-4

FABRICANTE: ACI

ITEM 5 — CÓDIGO 40099

DESCRIÇÃO: TRANSMISSOR,TEMPERATURA;PAREDE;-15 A 65Â°C;A/TT1K-SP-4,ACI

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

TRANSMISSOR DE TEMPERATURA DE PAREDE

SAÍDA: 4 A 20 MA; RANGE: -15 A 65ºC

REFERENCIA: A/TT1K-SP-4

FABRICANTE: ACI

NOTA:

ESTE ITEM SUBSTITUI O DE CÓDIGO 32867.

(MARCELO ALEGRE, EM 08/08/2019).

NOTA:

ESTE ITEM SUBSTITUI O DE CÓDIGO 5176.

(MARCELO ALEGRE, EM 25/05/2020)

ITEM 6 — CÓDIGO 41456

DESCRIÇÃO: SENSOR,TEMPERATURA;4-20MA;-40A71Â°C;A/TT100-SP-4;118451,ACI

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

SENSOR DE TEMPERATURA

CORPO AÇO INOX

SAIDA DE 4-20MA

FAIXA DE TEMPERATURA : -40 A 71°C

MODELO: A/TT100-SP-4

REFERENCIA: 118451

FABRICANTE: ACI

ITEM 7 — CÓDIGO 64599

DESCRIÇÃO: TRANSMISSAO,PRESSAO;DIFERENCIAL;A/MLP2-002-W-B-B-A-0P,ACI

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

TRANSMISSOR DE PRESSÃO DIFERENCIAL;

FAIXA DIRECIONAL: BIDIRECIONAL (-2 A +2" WC);

TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 16 - 36 V CC;

SAÍDA: 4-20 MA;

PRECISÃO: +/- 0,25%;

TEMPERATURA OPERACIONAL: 0 A 85ºC;

UMIDADE OPERACIONAL: 10 A 95%, SEM CONDENSAÇÃO;

TEMPO DE RESPOSTA: 4 SEGUNDOS;

TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE SAÍDA: 500 MS;

MATERIAL DO GABINETE: POLICARBONATO;

MATERIAL DA CONEXÃO DE PRESSÃO: LATÃO;

MONTAGEM EM TRILHO DIN: 35 MM;

REFERÊNCIA COMERCIAL: A/MLP2-002-W-B-B-A-0P;

FABRICANTE: ACI.

Data : 06/10/2026

ITEM 8 — CÓDIGO 25602

DESCRIÇÃO: TRANSMISSOR,TEMPERATURA;UMIDADE;DISPLAY;S501A-1S-0,CONTEMP

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

TRANSMISSOR DE TEMPERATURA E UMIDADE MODELO S501 DE FIXAÇÃO PAREDE (0 A 60°C);MODELO

COM DISPLAY;VERSÃO DE FIRMWARE STANDARD; SEM CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO; REFERENCIA

COMERCIAL S501-A-1S-0, FABRICANTE COMTEMP

ITEM 9 — CÓDIGO 34666

DESCRIÇÃO: TRANSMISSOR,TEMPERATURA;S501I-1S-0,CONTEMP;APL DUTO

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

TRANSMISSOR DE TEMPERATURA E UMIDADE PARA DUTO COM DISPLAY

REFERENCIA:S501I-1S-0

TENSÃO: 24VDC

TEMPERATURA: -40 A 120°C

COMPRIMENTO DA HASTE: 150MM

FABRICANTE: CONTEMP

APLICAÇÃO

ITEM 10 — CÓDIGO 26945

DESCRIÇÃO:
DISJUNTOR,CAIXA;MOLDADA;TRIFASICO;80A;EZC100H3080,SCHNEIDER

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIFÁSICO CORRENTE: 80A 25KA 240V 18KA 380V 10KA 440V

EASYPACT-EZC100H3080 SCHNEIDER

ITEM 11 — CÓDIGO 31301

DESCRIÇÃO: DISJUNTOR;BIPOLAR;25A;DIN;230/400V;EZ9F33225,SCHNEIDER

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

REFERÊNCIA: EZ9F33225

FABRICANTE: SCHNEIDER

NUMERO DE POLOS: BIPOLAR

CORRENTE NOMINAL: 25A

TENSÃO DE TRABALHO: 230/400V

CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 400VCA

CURVA DE DISPARO: FIXO

MANOBRAS MECÂNICAS: 1500 CICLOS

MANOBRAS ELÉTRICAS: 8500 CICLOS

SECÇÃO DE CONDUTORES: 1/35MM^2

ALTURA: 82,0MM

LARGURA: 54,0MM

COMPRIMENTO: 75,0MM

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: OS MINI-DISJUNTORES COM CURVA DE DISPARO "C", SÃO USADOS

PARA PROTEÇÃO DE CIRCUITOS EM GERAL QUE TAMBÉM POSSAM TER CARGAS DE NATUREZA

"INDUTIVA" QUE SÃO AQUELAS CARGAS QUE APRESENTAM PICOS DE CORRENTE NO MOMENTO DE

LIGAÇÃO OU PARTIDA, COMO POR EXEMPLO: MICROONDAS, AR CONDICIONADO, MOTORES ETC.

CORRENTE NOMINAL: 25A

CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO: 220VCA 5KA

UNIDADE DE DISPARO TÉRMICA: FIXO

UNIDADE DE DISPARO MAGNÉTICA: FIXO

NÚMERO DE POLOS: BIPOLAR

SISTEMA: DIN

ITEM 12 — CÓDIGO 35428

DESCRIÇÃO: MODULO,INTERFACE;REDE;STB;STBNIP2311,SCHNEIDER ELECTRIC

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

MÓDULO DE INTERFACE DE REDE PADRÃO STB - ETHERNET MODBUS TCP / IP - 10 ... 100

MBITS

PORTA ETHERNET : 10BASE-T / 100BASE-T

MODO DE TROCA: HALF OU FULL DUPLEX

NÚMERO DE SEGMENTOS :1 PRIMÁRIO, MÁXIMO DE 6 EXTENSÕES

TAXA DE TRANSMISSÃO

10/100 MBIT / S PARA O COMPRIMENTO DO BUS DE 0 ... 100 M POR SEGMENTO: TIPO DE

ESTRUTURA

LAN INDUSTRIAL

REDE ETHERNET MODBUS TCP / IP

COMPLEMENTAR

NÚMERO DE MÓDULO DE E / S ENDEREÇÁVEL

0 ... 32 POR ILHA

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO

MENSAGENS TCP / IP MODBUS

AGENTE SNMP

PROTOCOLO BOOTP / DHCP

WEB INCORPORADA (CONFIGURAÇÃO, DIAGNÓSTICO E ACESSO A VARIÁVEL)

[US] TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO AVALIADA

24 V CC

TIPO DE FONTE DE ALIMENTAÇÃO

SELV

FORNECIMENTO ATUAL

> = 700 MA

LIMITES DE TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO

19,2 ... 30 V

ENTRADA ATUAL

550 MA PARA CIRCUITO DE ALIMENTAÇÃO

CORRENTE DE SAÍDA NOMINAL

1.2 A

0,575 A (60 ... 70 ° C)

VOLTAGEM DE SAÍDA

5,25 V CC (TOLERÂNCIA: +/- 0,21%) PARA O BARRAMENTO LÓGICO

REFERENCIA: STBNIP2311

APLICAÇÃO: SISTEMA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO

FABRICANTE: SCHNEIDER ELECTRIC

ITEM 13 — CÓDIGO 36392

DESCRIÇÃO: DISJUNTOR;UNIPOLAR;16A;CURVA C;EZ9F33116,SCHNEIDER

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

DISJUNTOR UNIPOLAR;

CORRENTE: 16A;

CURVA C;

MODELO: EZ9F33116

FABRICANTE: SCHNEIDER

ITEM 14 — CÓDIGO 36424

DESCRIÇÃO: DISJUNTOR;K32A EASY9;CURVA C;40A;EZ9F33340,SCHNEIDER

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

DISJUNTOR TRIPOLAR

FAMILIA EASY9

CURVA C 40A

REFERÊNCIA: EZ9F33340

FABRICANTE: SCHNEIDER ELECTRIC

ITEM 15 — CÓDIGO 39175

DESCRIÇÃO: DISJUNTOR;BIPOLAR;CURVA C;20A;220V;EZ9F33220,SCHNEIDER

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

DISJUNTOR BIPOLAR;

CURVA C;

CORRENTE NOMINAL: 20A;

TENSÃO: 220V;

REFERENCIA COMERCIAL: EZ9F33220;

FABRICANTE: SCHNEIDER

ITEM 16 — CÓDIGO 39177

DESCRIÇÃO: DISJUNTOR;TRIPOLAR;63A;220V;5KA;EZ9F33363,SCHNEIDER

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

DISJUNTOR TRIPOLAR;

CORRENTE NOMINAL: 63A;

TENSÃO: 220V;

CAPACIDADE: 5KA;

REFERENCIA COMERCIAL: EZ9F33363;

FABRICANTE: SCHNEIDER

ITEM 17 — CÓDIGO 39424

DESCRIÇÃO: DISJUNTOR;UNIPOLAR;50/60HZ;10A;CURVA C;EZ9F33110,SCHNEIDER

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

DISJUNTOR UNIPOLAR;

FREQUENCIA: 50/60HZ;

CORRENTE NOMINAL: 10A;

CURVA C;

REFERENCIA COMERCIAL: EZ9F33110;

FABRICANTE: SCHNEIDER

ITEM 18 — CÓDIGO 51019

DESCRIÇÃO: CONTATOR,TRIPOLAR;32A;1NA;1NF;24VCC;LC1D32BL,SCHNEIDER

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

CONTATOR TRIPOLAR 32A 1NA+1NF 24VCC-BC

PRINCIPAL

LINHA

TESYS

TESYS DECA

NOME DO PRODUTO

TESYS D

TESYS DECA

TIPO DE PRODUTO OU COMPONENTE

CONTATOR

NOME ABREVIADO DO DISPOSITIVO

LC1D

APLICAÇÃO DO CONTATOR

CONTROLE DO MOTOR

CARGA RESISTIVA

CATEGORIA DE USO

CA-3

CA-1

CA-4

AC-3E

DESCRIÇÃO DE POLOS

Data : 06/10/2026

3P

POWER POLE CONTACT COMPOSITION

3 NA

[UE] TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL

CIRCUITO DE POTÊNCIA: <= 690 V CA 25...400 HZ

CIRCUITO DE POTÊNCIA: <= 300 V CC

[IE] CORRENTE NOMINAL DE OPERAÇÃO

32 A (A < 60 °C) A <= 440 V CA CA-3 PARA CIRCUITO DE POTÊNCIA

50 A (A < 60 °C) A <= 440 V CA CA-1 PARA CIRCUITO DE POTÊNCIA

32 A (A < 60 °C) A <= 440 V CA AC-3E PARA CIRCUITO DE POTÊNCIA

ALIMENTAÇÃO DO MOTOR KW

7,5 KW A 220..0,230 V CA 50/60 HZ (CA-3)

15 KW A 380..0,400 V CA 50/60 HZ (CA-3)

15 KW A 415...440 V CA 50/60 HZ (CA-3)

18,5 KW A 500 V CA 50/60 HZ (CA-3)

18,5 KW A 660...690 V CA 50/60 HZ (CA-3)

7,5 KW A 400 V CA 50/60 HZ (CA-4)

7,5 KW A 220..0,230 V CA 50/60 HZ (AC-3E)

15 KW A 380..0,400 V CA 50/60 HZ (AC-3E)

15 KW A 415...440 V CA 50/60 HZ (AC-3E)

18,5 KW A 500 V CA 50/60 HZ (AC-3E)

18,5 KW A 660...690 V CA 50/60 HZ (AC-3E)

MOTOR POWER HP (UL / CSA)

2 HP A 115 V CA 50/60 HZ OF MONOFÁSICO MOTORES

5 HP A 230/240 V CA 50/60 HZ OF MONOFÁSICO MOTORES

7,5 HP A 200/208 V CA 50/60 HZ OF TRIFÁSICO MOTORES

10 HP A 230/240 V CA 50/60 HZ OF TRIFÁSICO MOTORES

20 HP A 460/480 V CA 50/60 HZ OF TRIFÁSICO MOTORES

30 HP A 575/600 V CA 50/60 HZ OF TRIFÁSICO MOTORES

TIPO DO CIRCUITO DE CONTROLE

CC CONSUMO BAIXO

TENSÃO DE CIRCUITO DE CONTROLE

24 V CC

CONTATO AUXILIAR

1 NA + 1 NF

[UIMP] TENSÃO SUPORTÁVEL DE IMPULSO NOMINAL

6 KV CONFORME IEC 60947

CATEGORIA DE SOBRETENSÃO

III

[ITH] CORRENTE TÉRMICA AO AR LIVRE CONVENCIONAL

10 A (A 60 °C) PARA CIRCUITO DE SINALIZAÇÃO

50 A (A 60 °C) PARA CIRCUITO DE POTÊNCIA

CAPACIDADE DE FECHAMENTO NOMINAL IRMS

140 A CA PARA CIRCUITO DE SINALIZAÇÃO CONFORME IEC 60947-5-1

250 A CC PARA CIRCUITO DE SINALIZAÇÃO CONFORME IEC 60947-5-1

550 A A 440 V PARA CIRCUI

ITEM 19 — CÓDIGO 53214

DESCRIÇÃO: CONTATORA;TRIPOLAR;LC1D18BD,SCHNEIDER;APL CTAS DE BIO

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

CONTATOR TRIPOLAR TESYS D 18A 1NA+1NF 24VCC - LC1D18BD; TESYS D; (DIMENSÕES AXLXP

= 77MM X 45MM X 95MM); APLICACAO EQUIPAMENTOS DE AUTOMAÇAO DAS CTAS DE

BIOMANGUINHOS.

REFERENCIA COMERCIAL: LC1D18BD, FABRICANTE SCHNEIDER ELECTRIC.

ITEM 20 — CÓDIGO 53215

DESCRIÇÃO: CONTATORA;TRIPOLAR;LC1D32BD,SCHNEIDER;APL CTAS DE BIO

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

CONTATOR TRIPOLAR 32A 1NA+1NF 24VCC LC1D32BD; TESYS D; (DIMENSÕES AXLXP = 85MM X

45MM X 101MM); APLICACAO EQUIPAMENTOS DE AUTOMAÇAO DAS CTAS DE BIOMANGUINHOS.

REFERENCIA COMERCIAL: LC1D32BD, FABRICANTE SCHNEIDER ELECTRIC.

ITEM 21 — CÓDIGO 53216

DESCRIÇÃO: CONTATORA;TRIPOLAR;LC1D09BD,SCHNEIDER;APL CTAS DE BIO

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

CONTATOR TRIPOLAR 9A 1NA+1NF 24VCC LC1D09BD; TESYS D; (DIMENSÕES AXLXP = 77MM X

45MM X 95MM); APLICACAO EQUIPAMENTOS DE AUTOMAÇAO DAS CTAS DE BIOMANGUINHOS.

REFERENCIA COMERCIAL: LC1D09BD, FABRICANTE SCHNEIDER ELECTRIC.

ITEM 22 — CÓDIGO 53217

DESCRIÇÃO: TRANSFORMADOR.CORRENTE;METSECT5MD080,SCHNEIDER;APL CTAS BIO

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

TRANSFORMADOR DE CORRENTE POWER LOGIC; MONTAGEM DIN; CORRENTE NOMINAL 800A; RELAÇÃO

DE TRANSFORMAÇÃO 800/5 A. DIMENSÕES (AXLXP = 96X72X96MM); APLICACAO EQUIPAMENTOS DE

AUTOMAÇAO DAS CTAS DE BIOMANGUINHOS.

REFERENCIA COMERCIAL: METSECT5MD080, FABRICANTE SCHNEIDER ELECTRIC.

ITEM 23 — CÓDIGO 53278

DESCRIÇÃO: CONTATOR,TRIPOLAR;LC1K1201M7,SCHNEIDER;APL CTAS

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

CONTATOR TRIPOLAR TESYS K 12A 1NF 220VCA LC1K1201M7; TRIPOLAR;

CORRENTE NOMINAL A 440 VAC: 12A;

TENSAO DE CIRCUITO DE CONTROLE: 220 VAC 50/60 HZ.

REFERENCIA COMERCIAL LC1K1201M7 FABRICANTE SCHNEIDER

APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS DAS CTAS DE BIOMANGUINHOS.

ITEM 24 — CÓDIGO 59654

DESCRIÇÃO: DISJUNTOR;BIPOLAR;6A;CURVA C;220V;EZ9F33206;SCHNEIDER

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

DISJJUNTOR

TIPO: MINI

NUMERO POLOS: 2 POLOS

CURVA: C

CAPACIDADE RUPTURA: 3 KA

CORRENTE: 6,0 A

TENSAO: 220/380 V

FREQUENCIA: 50/60 HZ

MONTAGEM: TRILHO (DIN)

GRAU PROTECAO: IP20

REFERENCIA: EZ9F33206

FABRICANTE: SCHNEIDER

ITEM 25 — CÓDIGO 52421

DESCRIÇÃO: VALVULA,RED;PRESSAO;25PSS;TI-D296-01;1.1/2",SPIRAX SARCO

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

VÁLVULA REDUTORA DE PRESSÃO PARA VAPOR;

AUTO OPERADA;

DIAMETRO DE 1.1/2";

MODELO: 25PSS;

TIPO DE ROSCA NPT

COM MOLA AZUL = 1,4 A 7,0 BAR G;

REFERENCIA FABRICANTE TI-D296-01;1.1/2",SPIRAX SARCO

PRESSÃO MÁXIMA DE OPERAÇÃO: 17,3 BAR G;

TEMPERATURA MÁXIMA DE OPERAÇÃO: 232°C;

FABRICANTE: SPIRAX SARCO

ITEM 26 — CÓDIGO 58705

DESCRIÇÃO: SEDE PILOTO(CJ);MP;710000134,SPIRAX SARCO

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

CONJUNTO,SEDE PILOTO;P/MP;710000134;SPIRAX SARCO

REFERENCIA COMERCIAL: 710000134

FABRICANTE: SPIRAX SARCO

COMPOSTO POR SEDE DO PILOTO EM INOX, HASTE DO PILOTO EM INOX, ANEL DE RETENÇÃO EM

INOX, MOLA DO PILOTO P EM INOX, N4, M4, S4, T4

APLICACAO: VALVULA PARA VAPOR

ITEM 27 — CÓDIGO 63676

DESCRIÇÃO: PURGADOR,TERMODINAMICO;AISI420;3/4";TD52,SPIRAX SARCO

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

PURGADOR TERMODINÂMICO;

MATERIAL DO CORPO: AÇO INOX AISI-420F;

ISOTAMPA: INOX A743 CA40;

CONEXÃO: ROSCA 3/4" BSP;

PRESSÃO MÁXIMA TRABALHO: 42 BAR;

CONTRAPRESSÃO MÁXIMA: 80% DA PRESSÃO DE TRABALHO;

TEMPERATURA MÁXIMA: 425 °C;

REFERÊNCIA COMERCIAL: TD52;

FABRICANTE: SPIRAX SARCO;

APLICAÇÃO: AUTOCLAVES, CALDEIRAS, LINHA DE TRANSMISSÃO DE VAPOR,

EQUIPAMENTOS A VAPOR, ETC.

ITEM 28 — CÓDIGO 67496

DESCRIÇÃO: VALVULA,SEGURANCA;SV17;3/4"BSP;313020402071,SPIRAX SARCO

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

VÁLVULA DE SEGURANÇA; COM ALAVANCA; SV17; DN 25;

CORPO / CASTELO: FERRO FUNDIDO DIN 1693 GGG 40;

SEDE: AÇO INOXIDÁVEL;

CONEXÃO DE ENTRADA E SAÍDA: 3/4" BSP;

MOLA VERDE: 6,1 A 10 KGF/CM^2;

PRESSÃO DE AJUSTE: 6 KGF/CM^2;

TEMPERATURA MÁXIMA: 232°C;

PART. NUMBER: 313020402071;

FABRICANTE: SPIRAX SARCO;

APLICAÇÃO: LINHA DE VAPOR.

ITEM 29 — CÓDIGO 68091

DESCRIÇÃO: VALVULA,SEGURANCA;SV17;AZ;1/2POL;BSP;313020302021,SPIRAX SARCO

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

VÁLVULA DE SEGURANÇA; COM ALAVANCA; SV17; DN 15;

CORPO / CASTELO: FERRO FUNDIDO DIN 1693 GGG 40;

SEDE: AÇO INOXIDÁVEL;

CONEXÃO DE ENTRADA E SAÍDA: 1/2 POLEGADA BSP;

MOLA VERDE: 3,1 A 6 KGF/CM^2;

PRESSÃO DE AJUSTE: 4,5 KGF/CM^2;

TEMPERATURA MÁXIMA: 232°C;

PART. NUMBER: 313020302021;

FABRICANTE: SPIRAX SARCO;

APLICAÇÃO: LINHA DE VAPOR.

ITEM 30 — CÓDIGO 13398

DESCRIÇÃO: BOMBA,DOSEADORA;97721359,GRUNDFOS;APL SISTEMA OSMOSE REVERSA

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

BOMBA DOSEADORA

CAPACIDADE MÁX. DE PRESSÃO [L/H]: 6

PRESSÃO MÁXIMA [BAR]: 10

RANGE DE AJUSTES: 1:1000

ALTURA DE SUCÇÃO [M]: 6

GAMA DE TEMPERATURA DO LÍQUIDO: -10 .. 45 ºC

TEMPERATURA DO LÍQUIDO: 20 ºC

DENSIDADE: 998.2 KG/M3

ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA [V], [HZ]: 1×100-240, 50-60 HZ

ACURACIDADE [%]: ±1% POSSIBILIDADE DE REPETIÇÃO

REFERÊNCIA COMERCIAL:97721359, MODELO: DDC 6-10

FABRICANTE: GRUNDFOS

APLICAÇÃO: SISTEMA DE OSMOSE REVERSA

ITEM 31 — CÓDIGO 36628

DESCRIÇÃO: PLACA,FONTE;V0RV0;BIVOLT;ELE.015.2720,NOVA ETICA;APL ESTUFA

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

PLACA FONTE; L/D; V0RV0; NORMAL VD; BIVOLT; REFERENCIA COMERCIAL ELE.015.2720,

FABRICANTE NOVA ETICA; APLICAÇÃO ESTUFA

ITEM 32 — CÓDIGO 39576

DESCRIÇÃO: ISOLADOR;DUPLICADOR;GALVANICO;KD-722T/24VCC,SENSE

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

ISOLADOR DUPLICADOR GALVÂNICO; REFERENCIA KD-722T/24VCC; FABRICANTE SENSE

ELEMENTO DE CAMPO TRANSMISSOR ANALÓGICO

TIPO DE SINAL CORRENTE

NO CANAIS MONO CANAL

MONTAGEM TRILHO 35 MM

APLICAÇÃO ISOLAÇÃO DUPLICAÇÃO DE SINAIS ANALÓGICOS.

TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 24VCC

RIPPLE 10 %

VARIAÇÃO DA REDE 10 %

CORRENTE DE CONSUMO 100 MA

POTÊNCIA CONSUMIDA 1 W

SINALIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO LED VERDE

ISOLAÇÃO 1500 V

NÚMERO DE ENTRADAS 1

ANALÓGICA ENTRADA E SAÍDA

PROPORCIONAL A .

TIPO DE SINAL CORRENTE

FAÍXAS DISPONÍVEIS ENTRADA 4-20 MA SAÍDA 4-20 MA OU 1-5 VCC

PROGRAMAÇÃO SAÍDA VIA CHAVE

DISPOSITIVO DE CAMPO TRANSMISSOR ANALÓGICO

IMPEDÂNCIA DE SAÍDA 250 OHMS

RESISTENCIA MÁX LOOP 500 OHMS

PRECISÃO < 10 UA

INSTABILIDADE DRIFT TÉRMICO < 0,3 UA / ºC

ISOLAÇÃO 1500 V

DADOS MECÂNICOS .

INVÓLUCRO CAIXA PLÁSTICA ABS

CONEXÃO BORNES APARAFUSÁVEIS 2,5 MM2

FIXAÇÃO TRILHO DIN 35 MM

GRAU DE PROTEÇÃO IP 30

TEMPERATURA DE OPERAÇÃO 0°C A +50°C

PESO 120 G

ITEM 33 — CÓDIGO 55798

DESCRIÇÃO: EXAUSTOR,AR;127/220V;40W;VENTOKITNM 280,WESTAFLEX

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

EXAUSTOR PARA CIRCULAÇÃO E RENOVAÇÃO DO AR DE AMBIENTES, BIVOLT: 127/220V, POTÊNCIA:

40W;, VAZÃO DO AR: 280 M^3/H, ALTURA: 187MM, LARGURA: 187MM, ADAPTÁVEL A TUBOS DE:

150MM DE DIÂMETRO, MODELO: VENTOKIT NM280, FABRICANTE: WESTAFLEX;

APLICAÇÃO: EXAUTÃO DE SANITÁRIOS.

ITEM 34 — CÓDIGO 55986

DESCRIÇÃO: SENSOR;ELETROSTATICO;1,4MS;USB2.0;SK-H050,KEYENCE

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

SENSOR ELETROSTÁTICO;

ALIMENTAÇÃO: 2 PILHAS ALCALINAS AA DE CÉLULA SECA;

CICLO DE AMOSTRAGEM: APROXIMADAMENTE 1,4MS;

TEMPO OPERACIONAL: 8 HORAS;

INTERFACE DO COMPUTADOR: USB 2.0 VELOCIDADE MÁXIMA;

MODO DE MEDIÇÃO: MODO DE ALTA PRECISÃO, MODO DE AMPLO ALCANCE;

REFERÊNCIA: SK-H050;

FABRICANTE: KEYENCE.

ITEM 35 — CÓDIGO 61405

DESCRIÇÃO:
VALVULA,ALIVIO;1/2POL;LATAO;VEDACAO,PTFE;16BAR;31900,GENEBRE

ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR:

Material:
VALVULA,ALIVIO;1/2POL;LATAO;VEDACAO,PTFE;16BAR;31900,GENEBRE

VALVULA ALÍVIO DE PRESSÃO(SEGURANÇA); DN1/2";LATÃO;VEDAÇÃO PTFE;
PMAX 16 BAR;

PREGULAGEM 0-10 BAR; AJUSTADA P/6 BAR

VÁLVULA DE ALIVIO DE PRESSÃO ANGULAR , CORPO DE LATÃO , EXTREMIDADES COM ROSCA FÊMEA BSP DN 1/2' FAIXA DE REGULAGEM 0,5A 16 BAR, VEDAÇÃO PTFE, TEMPERATURA DE TRABALHO -10º A 180ºC - REFERENCIA 3190 04 - GENEBRE

Anexo III – Minuta de Termo de Contrato

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

(Processo Administrativo n° *25386.001679/2026-45*)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº *xx*/*xxxx*, QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ E .....

A Fundação Oswaldo Cruz , por intermédio do(a) Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, com sede no(a) Av. Brasil, 4365, na cidade de Rio de Janeiro - RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora , Sra. Rosane Cuber Guimarães, nomeado(a) pela Portaria nº 547, de 17 de Junho de 2025, publicada no DOU de 23 de Junho de 2025, portadorA da Matrícula Funcional nº 1353412, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 10 de 10 de janeiro de 2024, do Sr. Presidente da Fiocruz, publicada no DOU, Seção 2, em 24/01/2024, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ],* sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]*/*[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa]* ***OU*** *[procuração apresentada nos autos],* tendo em vista o que consta no Processo nº nº *25386.001679/2026-45* e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão Eletrônico* nº *XX/XXXX,* mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de itens de diversas marcas, em atendimento a Bio-Manguinhos nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ACI Automation — Cód. RCO 5177: TRANSMISSOR,UMIDADE;FX 20/95%;4/20MA;RH5-SP		UN	15		
2	ACI Automation — Cód. RCO 33631: TRANSMISSOR,PRESSAO;0 A 10;4 A 20 MA;A/MLP2-10-20		UN	15		
3	ACI Automation — Cód. RCO 40097: TRANSMISSOR,TEMPERATURA;UMIDADE;A/RH1-TT1K-D-BB-4		UN	3		
4	ACI Automation — Cód. RCO 40098: TRANSMISSOR,TEMPERATURA;UMIDADE;A/RH2-TT1K-D-4X-4		UN	2		
5	ACI Automation — Cód. RCO 40099: TRANSMISSOR,TEMPERATURA;PAREDE;-15 A 65°C;A/TT1K-SP-4		UN	1		
6	ACI Automation — Cód. RCO 41456: SENSOR,TEMPERATURA;4-20MA;-40A71°C;A/TT100-SP-4;118451		UN	5		

7	ACI Automation — Cód. RCO 64599: TRANSMISSAO,PRESSAO;DIFERENCIAL;A /MLP2-002-W-B-B-A-0P		UN	2		
8	Contemp — Cód. RCO 25602: TRANSMISSOR,TEMPERATURA;UMIDADE;DISPLAY;S501A-1S-0		UN	13		
9	Contemp — Cód. RCO 34666: TRANSMISSOR,TEMPERATURA;S501I-1S-0;APL DUTO		UN	8		
10	Schneider Electric — Cód. RCO 26945: DISJUNTOR,CAIXA;MOLDADA;TRIFASICO;80A;EZC100H3080		UN	3		
11	Schneider Electric — Cód. RCO 31301: DISJUNTOR;BIPOLAR;25A;DIN;230/400V;EZ9F33225		UN	21		
12	Schneider Electric — Cód. RCO 35428: MODULO,INTERFACE;REDE;STB;STBNIP2311		UN	9		
13	Schneider Electric — Cód. RCO 36392: DISJUNTOR;UNIPOLAR;16A;CURVA C;EZ9F33116		UN	7		
14	Schneider Electric — Cód. RCO 36424: DISJUNTOR;K32A EASY9;CURVA C;40A;EZ9F33340		UN	9		
15	Schneider Electric — Cód. RCO 39175: DISJUNTOR;BIPOLAR;CURVA C;20A;220V;EZ9F33220		UN	21		
16	Schneider Electric — Cód. RCO 39177: DISJUNTOR;TRIPOLAR;63A;220V;5KA;EZ9F33363		UN	9		
17	Schneider Electric — Cód. RCO 39424: DISJUNTOR;UNIPOLAR;50/60HZ;10A;CURVA C;EZ9F33110		UN	2		
18	Schneider Electric — Cód. RCO 51019: CONTATOR,TRIPOLAR;32A;1NA;1NF;24VCC;LC1D32BL		UN	2		
19	Schneider Electric — Cód. RCO 53214: CONTATORA;TRIPOLAR;LC1D18BD;APL CTAS DE BIO		UN	1		
20	Schneider Electric — Cód. RCO 53215: CONTATORA;TRIPOLAR;LC1D32BD;APL CTAS DE BIO		UN	1		
21	Schneider Electric — Cód. RCO 53216: CONTATORA;TRIPOLAR;LC1D09BD;APL CTAS DE BIO		UN	1		
22	Schneider Electric — Cód. RCO 53217: TRANSFORMADOR.CORRENTE;METSECT5MD080;APL CTAS BIO		UN	1		
23	Schneider Electric — Cód. RCO 53278: CONTATOR,TRIPOLAR;LC1K1201M7;APL CTAS		UN	1		
24	Schneider Electric — Cód. RCO 59654: DISJUNTOR;BIPOLAR;6A;CURVA C;220V;EZ9F33206		UN	1		
25	Spirax Sarco — Cód. RCO 52421: VALVULA,RED;PRESSAO;25PSS;TI-D296-01;1.1/2"		UN	4		
26	Spirax Sarco — Cód. RCO 58705: SEDE PILOTO(CJ);MP;710000134		CJ	1		
27	Spirax Sarco — Cód. RCO 63676: PURGADOR,TERMODINAMICO;AISI420;3/4";TD52		UN	1		
28	Spirax Sarco — Cód. RCO 67496: VALVULA,SEGURANCA;SV17;3/4"BSP;313020402071		UN	1		
29	Spirax Sarco — Cód. RCO 68091: VALVULA,SEGURANCA;SV17;AZ;1/2POL;BSP;313020302021		UN	1		
30	Grundfos — Cód. RCO 13398: BOMBA,DOSEADORA;97721359;APL SISTEMA OSMOSE REVERSA		UN	2		
31	Nova Analítica — Cód. RCO 36628: PLACA,FONTE;V0RV0;BIVOLT;ELE.015.2720,NOVA ETICA;APL ESTUFA		UN	1		
32	Sense — Cód. RCO 39576: ISOLADOR;DUPLICADOR;GALVANICO;KD-722T/24VCC		UN	4		
33	Westaflex — Cód. RCO 55798: EXAUSTOR,AR;127/220V;40W;VENTOKIT NM 280		UN	3		

34	Keyence — Cód. RCO 55986: SENSOR;ELETROSTATICO;1,4MS;USB2.0; SK-H050		UN	1		
35	Genebre — Cód. RCO 61405: VALVULA,ALIVIO;1/2POL;LATAO;VEDACAO,PTFE;16BAR;31900		UN	1		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3. O Termo de Referência;

1.3. *O Edital da Licitação;*

1.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 165 (cento e sessenta e cinco) dias, contados da última assinatura aposta no instrumento de contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. A vigência compreende 60 dias para entrega, 30 dias para eventual reposição, 45 dias para recebimento definitivo, 15 dias para liquidação e 15 dias para pagamento.*

2.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato. O prazo de entrega será de 60 (sessenta) dias para todos os itens, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R$* ***xxxxxx*** *(****xxxxxxxxx****).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *30 (trinta) dias*;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15.

9.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.17. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.18. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.10. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.2. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];
II) Fonte de recursos: [...];
III) Programa de trabalho: [...];
IV) Elemento de despesa: [...]; e
V) Plano interno: [...]; e
VI) Nota de empenho: [...];

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como

no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

18.1. A contratada comprovou a regularidade respectiva, conforme consultas ao SICAF, CADIN e consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Lista de Inidôneos do TCU, CNJ e CEIS), em ___/___/20__, anexadas ao processo nº 25386.001679/2026-45.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária da Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
Representante legal do CONTRATANTE

_____
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
(Processo Administrativo n° *25386.001679/2026-45*)
Ata de Registro de Preços nº *XX*/*XXXX*

A Fundação Oswaldo Cruz , por intermédio do(a) Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, com sede no(a) Av. Brasil, 4365, na cidade de Rio de Janeiro - RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora , Sra. Rosane Cuber Guimarães, nomeado(a) pela Portaria nº 547, de 17 de Junho de 2025, publicada no DOU de 23 de Junho de 2025, portadora da Matrícula Funcional nº 1353412, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 10 de 10 de janeiro de 2024, do Sr. Presidente da Fiocruz, publicada no DOU, Seção 2, em 24/01/2024, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º *25386.001679/2026-45*, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual *aquisição de itens de diversas marcas*, especificado(s) no(s) item(ns) *XX* do Termo de Referência, anexo *XX* do *[edital de licitação]* n.º *xxxx*/*xxxx*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item Do TR	Fornecedor *[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]*							
X	Especificação	Marca *(se exigida no edital)*	Modelo *(se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) *INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE IMUNOBIOLÓGICOS – BIO-MANGUINHOS/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ*.

3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital;*

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, , será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*. O prazo de entrega dos itens será de 60 (sessenta) dias, observadas as condições do Termo de Referência. A vigência dos contratos decorrentes desta Ata será de 165 (cento e sessenta e cinco) dias, sem alteração da validade da Ata estabelecida no item 5.1.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)
Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor *[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]*							
X	Especificação	Marca *(se exigida no edital)*	Modelo *(se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]*							
X	Especificação	Marca *(se exigida no edital)*	Modelo *(se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

Portaria da Diretoria Executiva

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

RESOLVE:

1.0 - PROPÓSITO
Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

2.0 - OBJETIVO
CAPÍTULO I
DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.
§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:
I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:
a. advertência;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
III. dar causa à inexecução total do contrato:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.
§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.
§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.
§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.
§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.
§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.
§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.
Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.
§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.
§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.
§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.
§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.
Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CAPÍTULO II
DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

Seção I
Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:
I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;
II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;
III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;
IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:
a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;
b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.
V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

Seção II
Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:
I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das

condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou
IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.
Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Seção I
Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.
Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.
Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios.
Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.
Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.
Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:
I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;
II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;
III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;
IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;
V. Cópia de notas fiscais/fatura;
VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;
VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;
VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;
IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;
X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.
Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.
Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.
Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

Seção II
Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.
§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.
§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.
§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.
§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

Seção III
Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.
Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:
I. os fatos;
II. os argumentos apresentados;
III. as provas eventualmente apresentadas;
IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;
V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e
VI. outras informações necessárias e pertinentes.
Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.
§1° Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.
§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.
Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.
§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.
§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.
Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/ contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.
Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.
Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.
Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.
Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.
§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.
Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

CÁPITULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:
I. a reparação integral do dano causado;
II. o pagamento da multa aplicada;
III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;
IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.
Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.
Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

3.0 - VIGÊNCIA
Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA**, **Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.

FIOCRUZ

Anexo I

Dosimetria das Sanções

Critérios	Escala						Pontuação
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	
Natureza e a gravidade da infração cometida				x			3
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle				x			3
Os danos que dela provierem para a Administração Pública					x		4
As peculiaridades do caso concreto						x	5

Dosimetria e Circunstâncias	
Selecione as possíveis sanções/incisos:	
Impedimento	IV

Sem Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
15	11,18%	27	-

Atenuante/Agravante (%)			
Atenuantes (até 20%)		1	-4%
Agravantes (até 20%)		4	20%
Total		5	16%

Com Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
17	12,97%	31	-

Nota 1: Para o cálculo da multa a ser aplicada, foi adotado um modelo de fator progressivo, no qual o percentual aumenta de forma escalonada, de acordo com a pontuação atribuída no Quadro de Dosimetria, respeitando os percentuais mínimos e máximos estabelecidos na Portaria e no art. 156 da Lei 14.133/2021.

Nota 2: De forma similar, foram calculados os meses para aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade de licitar e contratar. A partir dos limites superior e inferior dos meses e da pontuação do Quadro de Dosimetria, foi calculado um fator a ser aplicado progressivamente, conforme o aumento da pontuação. Assim, 01 ponto corresponde à 01 mês e 20 pontos a 36 meses no caso do impedimento de licitar e contratar. Já a sanção de inidoneidade, 01 ponto corresponde a 36 meses e 20 pontos a 72 meses, conforme limites

estabelecidos na legislação. A cada um ponto adicionado, foram aplicados os fatores de 1,842 e 1,895 para impedimento e inidoneidade, respectivamente.

	As circunstâncias agravantes ou atenuantes	Aplicável?	%
Atenuantes (Até 50%)	I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado		-4%
	II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;		-4%
	III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;		-4%
	IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à FioCruz, observando-se, cumulativamente, que: a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado; b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte; c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.	X	-4%
	V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à FioCruz.		-4%
Agravantes (até 50%)	I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da FioCruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;	X	5%
	II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;	X	5%
	III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou	X	5%
	IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.	X	5%
	Total		16%

Nota 3: Foi adotado o percentual máximo de 20%, conforme modelo de parâmetros agravantes e atenuantes estabelecido no Manual de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União.

FIOCRUZ

Anexo II

Modelo de Comunicação Preliminar

Comunicação Preliminar

À EMPRESA xxx LTDA.
CNPJ: 00.000.000/0001-00

ENDEREÇO: XXXXXX
A/C: Sr. Representante Legal
Assunto: Solicitação de esclarecimentos ou providências quanto a execução do Contrato XX/2025 – Processo Administrativo XXXXXX/2025-XX.

COMUNICAÇÃO PRELIMINAR

Prezado(a),
Com amparo na Lei nº 14.133, de 2021, solicito justificativas ou esclarecimentos, bem como adoção de eventuais providências, sobre os fatos abaixo relacionados:
A contratada EMPRESA xxx LTDA, até a presente data, não cumpriu ao previsto na cláusula xx do Edital do certame licitatório de nº. Xx - cláusula xx do Termo de Referência, uma vez que xxx.
Alertamos que o licitante/contratada está sujeito às penalidades previstas na Cláusula xx, também do Edital.
Tendo em vista os fatos acima elencados, requer-se a imediata regularização da situação supracitada.
Por oportuno, informo que o não atendimento da providência ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas na Portaria nº. xxx e na legislação correlata em vigor, e será processado de acordo com as seguintes fases:

(a) instauração do processo para apuração de responsabilidade;
(b) fase da defesa prévia: será aberto prazo para apresentação de defesa prévia do licitante/contratado;
(c) fase de aplicação da sanção: se os argumentos presentes na defesa não forem suficientes para afastar a sanção prevista e/ou não forem apresentadas as provas do alegado, a sanção será aplicada pela autoridade competente com abertura de prazo para recurso administrativo;
(d) fase recursal: protocolado o pedido de reconsideração ou recurso, se não reconsiderar a decisão, a autoridade que aplicou a sanção remeterá o recurso à autoridade imediatamente superior para análise e decisão sobre o recurso;
(e) fase executória: caso haja a manutenção da decisão de aplicação da penalidade, esta será registrada no SICAF e a multa será cobrada do licitante/contratado.

Atenciosamente,

Servidor
SIAPE

FIOCRUZ

Anexo III

Modelo de Relatório a ser enviado à Comissão – Descrição da Infração

1. Identificação do Contrato

- Número do Contrato: _____
- Objeto do Contrato: _____
- Processo Administrativo nº: _____
- Unidade Administrativa Responsável: _____
- Vigência do Contrato: //_____ até //_____

  Ou

2. Identificação do Certame

- Número do Certame: _____
- Objeto: _____
- Item licitado: _____

3. Identificação do Contratado/Licitante

- Razão Social: _____
- CNPJ: _____
- Representante Legal: _____
- Telefone/E-mail: _____

4. Dados da Ocorrência

Data da ocorrência: ___/___/_____

Local da ocorrência: _____

Data da constatação pela fiscalização: ___/___/_____

5. Descrição da Possível Infração

- Data da Ocorrência: //_____
- Local da Ocorrência: _____

- Tipo de Infração:

  ☐ Inexecução total/parcial do objeto

  ☐ Descumprimento de prazos

  ☐ Entrega de produto/serviço fora das especificações

  ☐ Conduta incompatível com a ética contratual

  ☐ Outros: _____

6. Descrição Detalhada da Infração

(Descrever de forma clara e objetiva os fatos observados, indicando como a conduta do contratado configura descumprimento contratual.)

_____

_____

_____

_____

7. Dispositivos Afetados

Cláusula violada: _____

8. Evidências Comprobatórias

(Relacionar documentos, registros, cópias de e-mails, notificações, atas de reunião, fotografias, relatórios, registros de não conformidade, ofícios ou comunicações que demonstrem a infração.)

_____

_____

_____

9. Tentativas de Solução

(Comunicação prévia com o fornecedor para resolução amigável; Registro de reuniões, tratativas ou acordos não cumpridos; Propostas de correção ou substituição recusadas)

FIOCRUZ

_____

_____

_____

10. Consequências da Infração

(Descrever os impactos da infração, tais como atrasos, prejuízos causados à administração - financeiros, operacionais, reputacionais; riscos à continuidade do serviço ou fornecimento; afetação de terceiros ou usuários finais, outros.)

_____

_____

_____

11. Histórico de Execução

(Registros anteriores de desempenho do fornecedor, notificações ou advertências já emitidas, cumprimento de prazos anteriores.)

_____

_____

_____

12. Medidas Adotadas pela Administração

- Notificação formal enviada em //_____
- Prazo concedido para manifestação: ____ dias
- Resposta do fornecedor:

☐ Recebida em //_____

☐ Não recebida até a presente data

Manifestação do gestor quanto às alegações apresentadas na resposta à Notificação.

13. Proposta de Sanção (se aplicável)

☐ Advertência

☐ Multa contratual

☐ Suspensão temporária de participação em licitações

☐ Declaração de inidoneidade

Fundamentação: _____

14. Responsável pela Constatação da Infração

Nome: _____

Cargo/Função: _____

SIAPE: _____

Assinatura: _____

Data: ___/___/_____

De acordo da Autoridade Competente: _____

Data: ___/___/_____

FIOCRUZ

Anexo IV

Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2___.

Recebidos os documentos preliminares previstos no parágrafo único do art. 12 da Portaria nº XX/2025, autorizo a instauração processual de Apuração de Responsabilidade e abertura da fase de instrução.

Encaminhe-se à Comissão de Apuração de Responsabilidade para análise e providencias cabíveis.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

FIOCRUZ

Anexo V

Notificação para defesa prévia

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de _____ de 2___

À EMPRESA xxxx LTDA.
CNPJ: 00.000.000/0001-00
RUA XXXXXXX, Nº XXXX
BAIRRO XXXXXXX
CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: Notificação para apresentação de defesa prévia

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar), vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada) acerca dos seguintes fatos:
2. Resumo dos fatos: descrição dos fatos com um nível de detalhamento que propicie à empresa apresentar sua defesa prévia de forma ampla. Indicar, se for o caso, o período, valores, nome dos terceirizados envolvidos e outras informações consideradas importantes.
3. Referência Legal/Edital/Contrato: indicar as cláusulas do Edital ou Contrato, bem como da legislação correlata que foram infringidas.
4. Sanções Correlatas: indicar qual ou quais sanções previstas para o fato em que a empresa poderá ser sancionada, se restar comprovada a infringência da Lei, Edital e/ou Contrato.
5. Em resposta ao Ofício nº ..... de ...../...../....., encaminhado pelo (nome do órgão ou entidade contratante), por meio do qual foram relacionados os fatos acima elencados, essa empresa (nome da

FIOCRUZ

6. empresa contratada) apresentou justificativas em ...../...../....., bem como anexou as provas documentais que julgou pertinentes.
7. As justificativas apresentadas foram examinadas pelo setor competente, juntamente com os documentos que a instruíram, com o fim de amparar os argumentos da defesa. Ocorre que ficou constatado xxxx, não sendo possível aceitar como justificativa xxx, conforme a análise feita pelo setor competente constante do relatório/nota técnica, juntada em anexo.
8. Assim, fica essa empresa notificada para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigida a (nome da autoridade máxima do órgão), no endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone), tendo em vista que a avaliação do setor competente indicou ser o caso de aplicação de sanções administrativas previstas no inciso xx, do art. 3º, da Portaria nº. Xx.
9. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição da defesa prévia.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

FIOCRUZ

ANEXO VI

Aplicação de Penalidade

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de _____ de 2___.

À EMPRESA xxx LTDA.
CNPJ: 00.000.000/0001-00
RUA XXXXXXX, Nº XXXX
BAIRRO XXXXXXX
CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE/RESCISÃO CONTRATUAL (nota explicativa: somente incluir a rescisão contratual na hipótese de ser adotada juntamente com a imposição da penalidade)

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar) vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada), já qualificada no Contrato (número e ano do contrato) da aplicação da penalidade (descrever a pena aplicada, por ex. advertência, multa, etc.) e da rescisão do Contrato nº. XX/XX (nota explicativa: manter o trecho sublinhado somente se for notificar conjuntamente acerca da rescisão contratual e da aplicação de penalidade), conforme decisão fundamentada da autoridade, juntada em anexo.

2. Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar RECURSO, conforme previsto nos art. 24, da Portaria nº. Xx, e nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigido a (nome da autoridade máxima do órgão, no

3. endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone).

4. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), podendo ser disponibilizado digitalmente caso haja necessidade, o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição do recurso.

Nome da autoridade
Cargo

Anexo VII - Fluxograma do Rito Processual de Apuração de Responsabilidades

FIOCRUZ

Rito Processual de Apuração de Infrações

Licitante/Contratado

Receber a notificação

Prazo de 15 dias utéis contados a partir da data do recebimento da notificação

Apresentar recurso

Autoridadade Superior

Proferir decisão

Prazo de 20 dias úteis

Autoridade competente da Unidade

Realizar análise

Não

Fim

Parecer da análise

Sim

Instaurar processo apuração de responsabilidade

Receber o relatório final

Outras sanções

Enviar ou não para Procuradoria Federal (opcional)

Inidoneidade

Enviar relatório à Procuradoria Federal

Receber parecer

Proferir uma decisão

Prazo de 5 dias úteis

Não

Encaminhar para análise recursal

Decisão

Sim

Realizar juizo de Retratação

Agentes da administração (pregoeiro, fiscal, gestor, ou outro servidor):

Comunicação formal: Processo SEI ou por e-mail

Identificação de possíveis irregularidades

Enviar comunicação preliminar

Prazo de 5 dias úteis

Sim

Fim

Comunicação acolhida

Não

Dar prosseguimento ao processo

Instruir processo

SEI

Enviar para análise

Comissão de Apuração de Responsabilidade

A comissão deverá ser composta por, no mínimo 2 servidores e 1 suplente.

Analisar processo

Aplicação da sanção de advertência

Fim

Apuração de demais sanções

Notificar para apresentar defesa

15 dias úteis para defesa escrita e especificação de provas

Emitir relatório final com a recomendação da sanção

Relatório final

Notificar da decisão

Receber recurso

Correspondência oficial

Enviar para notificação

Notificar o licitante/contratado da decisão final

Notificar o licitante/contratado da decisão final

Enviar os autos do processo

Procuradoria Federal

Quanto à legalidade e ao cumprimento dos trâmites processuais no tocante a princípio do contraditóri

Emitir parecer

Enviar parecer

Setor Técnico

Receber o processo

Registrar a penalidade

Processo finalizado

Sistema governamental

Gestor: COGEAD/COGEALOG/SEAC
Versão: 0 - Setembro/2025
Cópia Não Controlada

Powered by bizagi Modeler